



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

**Crise do
Covid
19**

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 608 - DE 26 DE ABRIL A 10 DE MAIO DE 2020 - R\$ 4,00

Por um 1º de Maio operário e socialista



Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem manifestações em todo o País! Não à farsa do 1º de Maio virtual! Não à política de conciliação de classes! Que o 1º de Maio sirva para organizar a luta por um plano de emergência próprio dos explorados! Que o 1º de Maio rejeite os acordos de redução salarial! Que defenda os empregos!

**Que o 1º de Maio levante a
bandeira da revolução proletária!**

APROFUNDA-SE A CRISE DO GOVERNO BOLSONARO

**Preparar-se para a volta ao trabalho. Que os
sindicatos convoquem as assembleias!**

**Somente a classe operária organizada pode
se defender da pandemia e da crise econômica**

Avança a crise política

Somente a classe operária organizada pode apresentar uma saída progressiva

A pandemia avança, o SUS não dá conta, a saúde privada protege os ricos, aumentam as mortes entre os pobres, os cemitérios já não comportam, o governo federal incentiva o empresariado a questionar o isolamento social, crescem as pressões do poder econômico para a reativação, os especialistas em pandemias perdem força, e os governos estaduais cedem à volta gradual ao trabalho.

Bolsonaro destituiu o ministro da Saúde, e o novo ministro trouxe imediatamente um militar para a pasta. Nem bem o governo acabou com a divergência de orientação sobre o isolamento social, sobreveio o choque entre o núcleo militar e o Ministério da Economia. O “Plano Pró-Brasil” foi montado, na Casa Civil, sob a orientação do general Walter Braga Netto, a despeito do ministro Paulo Guedes. Não se sabe ainda a extensão da discórdia, e de seus desdobramentos políticos. Mas indica uma fratura na política econômica montada por Guedes, com apoio do capital financeiro e frações conexas do grande capital industrial, agroindustrial e comercial. A sombra do estatismo militar tumultuou as hostes liberais dos meios burgueses.

A surpresa foi a renúncia do ministro da Justiça, Sérgio Moro, que se encontrava apagado. Bolsonaro decidiu mudar o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. O que significava diminuir os poderes de Moro. Diante da posição inflexível de Bolsonaro de nomear um novo diretor-geral da Polícia Federal, não deixou outra saída a Moro senão a renúncia. Como causava um novo tumultuo no governo, os generais correram a contornar a crise. A saída do ministro Sérgio Moro, em seguida à de Luiz Henrique Mandetta, ampliava a crise de governabilidade, no momento em que Bolsonaro se encontrava sob tremenda pressão de setores da burguesia opositora. Moro foi trazido ao governo para servir de máscara à anticorrupção. O que logo se desfez, diante das denúncias de envolvimento de um dos filhos de Bolsonaro com as milícias, no Rio de Janeiro. O caso foi abafado, mas pode voltar a qualquer momento. O motivo da desavença com Moro, agora, tem a ver com a participação de Bolsonaro na manifestação, que pedia o golpe de Estado. A abertura de um inquérito pelo STF tem causado apreensão nos meios bolsonaristas. O presidente receava não contar com o favorecimento de Moro e Valeixo, que teriam de se colocar em sua defesa. Porta-vozes da burguesia nos meios de comunicação consideram esse acontecimento como o ponto mais alto da crise de governabilidade. Fala-se da responsabilização judicial do presidente da República.

A pandemia provocou uma crise federativa. Bolsonaro se viu desautorizado com as decisões dos governadores, de aplicar a orientação do OMS. Contrário ao isolamento geral, contabilizando as consequências econômicas e sociais, armou uma cruzada pela reversão do processo de afastamento social. O crescente conflito com os governadores, com autoridades do Congresso Nacional e ministros do STF potenciou as forças centrífugas da crise política, que assumiu proporções de crise federativa. O discurso de Bolsonaro na manifestação do movimento golpista agravou a dissensão no interior das instituições do Estado. Não se sabe até que ponto as forças apaziguadoras conseguirão restabelecer a estabilidade política. O País já padecia da pequena recuperação da recessão de 2015-2016. A previsão é de que terá uma queda de 5%. Uma quebra econômica desse porte, certamente, avolumará a crise política.

Os explorados vêm suportando o maior impacto da pandemia. A burguesia não tem como protegê-los, como os fatos demonstram. Reclusos, ficam menos expostos à contaminação, mas têm os salários reduzidos, quando não são demitidos. Indo ao trabalho – milhões não puderam e não podem cumprir o isolamento –, correm o risco de se tornarem portadores e transmissores do vírus. O crescimento do número de mortos no estado de São Paulo e no País evidencia a fragilidade do isolamento e a desproteção médico-hospitalar. As massas se veem pressionadas pelos governadores a acatar o isolamento, por um lado, e pelos patrões do comércio e serviços, principalmente, a voltarem ao trabalho.

As centrais, sindicatos e movimentos se alinharam à política de isolamento da burguesia. Tudo em nome da vida e da ciência. Para isso, se comprometeram, na prática, com a MP-936 de Bolsonaro. Contribuem, assim, para a implantação da reforma trabalhista. O saldo da colaboração de classes será dramático para os assalariados e demais oprimidos. A crise política é profunda, será explosiva no próximo período, quando os explorados se derem conta de que estão mais pobres, com mais desempregados e subempregados.

Esse quadro da situação exige que a vanguarda com consciência de classe combata todas as variantes da política burguesa. Que desmascare a política burguesa do isolamento social. Que trabalhe pela convocação das assembleias em todos os sindicatos. Que lute pelo plano de emergência próprio da classe operária e demais explorados. Que enfrente a crise política com a estratégia do governo operário e camponês. Que mostre, em cada combate, o caminho da revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Carta às centrais, sindicatos, movimentos e correntes de esquerda

Não vamos permitir que o 1º de Maio passe em branco

Que sejam convocadas manifestações unitárias em todo o País!

23 de abril de 2020

Não existe 1º de Maio pelas redes sociais. A vanguarda com consciência de classe deve repudiar a farsa de uma manifestação unitária via internet. O anúncio das centrais de que não realizarão uma manifestação coletiva significa a supressão do 1º de Maio. Nada pode substituir a presença dos explorados nas ruas.

O momento econômico e político exige a retomada da luta contra a implantação das reformas trabalhista, previdenciária, terceirização, MP 936 e MP 905 (Carteira Verde Amarela). Está claríssimo que milhões foram demitidos, milhões tiveram redução salarial, e milhões não têm como viver com a passageira e miserável ajuda de R\$ 600,00. A situação de 40 milhões de trabalhadores já era catastrófica, antes da pandemia. As previsões de instituições, economistas e autoridades são de que o caudal de miseráveis transbordará os marcos históricos de brasileiros famintos. Caso se confirme a queda de 5%, prevista para este ano, milhões de postos de trabalho serão apagados do mapa. Os grupos econômicos mais poderosos, tendo à frente as multinacionais, vão exigir muito além dos acordos de flexibilização, que os sindicatos têm pactuado.

A classe operária e os demais explorados precisam recuperar o terreno perdido. O ponto de partida está em não aceitar nenhuma perda. Mas, os sindicatos, seguindo as centrais, se puseram a colaborar com a burguesia, aceitando negociar acordos de redução salarial. Somente as assembleias presenciais podem decidir e autorizar as direções a sentarem à mesa com o patronato. Nas condições de isolamento social, os trabalhadores não têm como pensar, discutir e decidir nada. As denominadas “assembleias virtuais” são um truque, um jogo, montado entre capitalistas e burocratas sindicais.

Como chegaram ao ponto de “negociar” com os exploradores, estando a classe operária fora da produção, e sob o jugo da MP 936? As centrais e sindicatos deveriam, em uma só voz, ter levantado a bandeira “Abaixo a MP antioperária de Bolsonaro, Congresso Nacional e capitalistas!” Deveriam mostrar aos trabalhadores que seus sindicatos não participariam da farsa das “assembleias virtuais”. Que somente com a volta ao trabalho a classe operária pode reagir aos ataques sofridos, e aos novos que virão, pós-pandemia. Que, como direções dos sindicatos, não estão autorizados a negociar nada sem a assembleia, portanto, sem a decisão coletiva. Que não entrariam no jogo dos governantes e dos exploradores, os quais descarregam a crise sanitária sobre as costas da maioria oprimida.

O Estado burguês, apesar das divergências entre os governantes, por exemplo, entre Bolsonaro e Doria, recorreu ao isolamento, sem garantir os empregos e salários. Sem proteger plenamente os trabalhadores informais. Desde o início da pandemia, ficou explícito que não se tratava apenas de uma crise sanitária. A crise econômica persistia, desde a recessão de 2015-2016. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro tiveram tempo suficiente para mostrar

o quanto era violento o ataque dos capitalistas aos trabalhadores.

Está aí por que as centrais se viram obrigadas a convocar o “Dia Nacional de Luta”, em 18 de março, quando explodiu a pandemia. Aceitaram, porém, as pressões da burguesia, para que desmarcassem. Desde então, os explorados ficaram à mercê das decisões dos governantes. Vimos que a classe operária, fora da produção, deixa de existir como força social, capaz de ter posição política, plano de reivindicações e programa próprios. E os sindicatos, sem a classe operária, também deixam de existir como instrumento de sua defesa. Isso porque classe e sindicatos são regidos pela lei histórica da luta de classes. Somente o proletariado, imerso na produção social, pode reagir às crises capitalistas, e se contrapor a qualquer medida que golpeie a força de trabalho.

Não era difícil saber que o isolamento social não se limitava a um método médico-científico. Estava determinado pelas condições de dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada. O resultado desse período de desativação parcial da

Somente o proletariado, imerso na produção social, pode reagir às crises capitalistas, e se contrapor a qualquer medida que golpeie a força de trabalho.

economia, que se está findando, evidencia a fraudulenta discussão entre aqueles que colocam em primeiro lugar a vida, portanto, a supremacia da ciência, e aqueles que optam pela morte, pela supremacia da economia. Nomeadamente, entre os aliados de Doria, e os de Bolsonaro. A contradição real consistia e consiste em como aplicar o isolamento – capaz de conter o contágio – sem reduzir os salários, sem demitir, sem deixar de proteger de fato os milhões de subempregados e informais, e sem distinguir pobres e ricos, diante das condições médico-hospitalares. A política do proletariado se baseia nessa contradição para defender a maioria oprimida. A política da burocracia sindical e dos partidos reformistas e centristas se baseou na falsa contradição montada no seio da política burguesa.

As centrais – incluindo a CSP-Conlutas esquerdista – se negam a retomar a luta, não convocando manifestações unificadas no 1º de Maio. Recorrem à fraude do 1º de Maio on-line. Querem mostrar à burguesia e aos seus governos que são consequentes com o isolamento.

É esperada a resposta das centrais de que reunir trabalhadores nas ruas traz o risco de contaminação e possíveis mortes. Ocorre que em nenhum momento houve isolamento geral. Milhões continuaram indo ao trabalho, principalmente as atividades tidas como essenciais. Os coletivos trafegaram e trafegam entulhados de passageiros. Sob a proteção de Bolsonaro, os setores de

comércio e serviços vêm rompendo o isolamento nos estados. A olhos vistos, se desrespeita o acatamento da orientação dos governadores. O poder econômico deu prazo curto para se retomar a “normalidade”. O mais recalcitrante dos governadores, Doria, cedeu, apresentando um plano de reativação. Espera-se que, no dia 10, nove dias depois do Dia Internacional dos Trabalhadores, o governo de São Paulo quebre a quarentena, que, na realidade, já não está sendo cumprida. A própria burguesia está pondo fim ao isolamento, quando ainda não se tem o controle da pandemia, e as mortes avançam, semana a semana.

As centrais, sindicatos e movimentos deveriam estar preparando política e organizativamente a volta ao trabalho. No entanto, permanecem presos aos acordos antioperários, regidos pela bárbara MP 936. Os hipócritas defensores da “vida dos trabalhadores” vão sair da quarentena como avalistas das medidas baixadas pelos governos e Congresso Nacional. Vão montar uma pantomina eletrônica no dia 1º de Maio. Por cima da burocracia sindical servil aos capitalistas, estão o PT, PCdoB, PSOL, PDT, PSB e esquerdistas, que têm pelo menos um dos pés amarrado no reformismo.

É nessas condições adversas que a vanguarda com consciência de classe deve lutar para seja convocado o 1º de Maio em todo o País. Em São Paulo, que a Praça da Sé seja o palco da luta indepen-

dente diante da burguesia. Que o 1º de Maio seja de preparação da retomada da luta. Que se coloque pela anulação de qualquer acordo de redução dos salários; que os patrões paguem integralmente as jornadas reduzidas, e os dias em que se suspenderam os contratos de trabalho; readmissão de todos aqueles que foram demitidos durante a pandemia; emprego a todos, reduzindo a jornada sem reduzir os salários; imediata proteção aos explorados diante da pandemia (socorro hospitalar, etc.); indenização das famílias pobres e miseráveis que tiveram mortos causados pela Covid-19; salário mínimo de emergência aos subempregados e informais.

Essa plataforma de emergência serve de ponto de partida para pôr em pé um movimento, que, prontamente, deve ser iniciado. O 1º de Maio deve ser o marco da retomada da luta interrompida em 18 de março.

***Fora com a farsa do 1º de Maio eletrônico!
Que as centrais e sindicatos convoquem
o verdadeiro 1º de Maio, classista
e revolucionário!***

***Por um plano emergencial de defesa da vida da
maioria oprimida!***

Convocar assembleias em todos os sindicatos!

Nota POR

Supremo Tribunal Federal confirma a MP 936 Burocracia sindical colabora com a sua aplicação

19 de abril de 2020

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida pelo partido Rede Sustentabilidade, que questionava a cláusula da MP 936, que exclui os sindicatos da negociação entre patrão e empregado, caiu por terra. O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) pisoteou as ilusões legalistas da burocracia sindical. Bolsonaro não daria ponto sem nó, em uma medida que permite aos capitalistas reduzirem os salários. Não fez senão aplicar as novas leis trabalhistas, criadas pela ditadura civil de Temer. Foram extraídos poderes institucionais alcançados pelos sindicatos com a Constituição de 1988.

A destruição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o desmonte do Ministério do Trabalho diminuíram a possibilidade de ingerência dos sindicatos nos conflitos entre capital e trabalho. No âmbito da reforma trabalhista, Temer atendeu ao pedido da burguesia para cortar a crista da burocracia sindical, que havia crescido, desde o governo de Lula. Lembremos que a eliminação do imposto sindical significou a retirada de poderosos recursos materiais, com os quais os sindicalistas se projetavam, inclusive na política eleitoral e parlamentar. Nesse mesmo sentido, foi-lhes restringido o campo de manobra judicial. Fartos recursos e bons advogados trabalhistas constituem corpo e alma da burocracia sindical e pilares da estatização dos sindicatos.

A diminuição de poderes políticos e judiciais às centrais e aos sindicatos corresponde à regressão do PT e aliados. O golpe de Estado de 2016, não apenas afastou o reformismo do manejo da burocracia estatal e enfraqueceu sua influência no Congresso

Nacional, mas também cortou as asas dos aparatos sindicais, que haviam alcançado uma autonomia de voo, incompatível com as condições da crise econômica e desintegração do capitalismo.

As condições excepcionais gestadas pela pandemia deram uma dimensão mais precisa da subserviência das direções sindicais perante a política burguesa. Seguiram automaticamente as respostas governamentais. Não foram capazes de distinguir o método científico, do isolamento social, da política burguesa do isolamento social. Era e é obrigatório determinar as condições práticas da medida, ou seja, as condições econômicas e de classe. Os poderes governamentais podem divergir, quanto à forma do isolamento social, se radical ou brando. O que não podem é romper o princípio da sociedade de classes de que, em primeiro lugar, vem a proteção aos interesses dos capitalistas e, por último, as necessidades das massas. Mais precisamente, as necessidades das massas têm de estar subordinadas aos interesses dos capitalistas. Era óbvio que a desativação da indústria, comércio e serviço colocaria a contradição entre capital e trabalho em uma situação de choque extremo.

A MP 936 se originou da necessidade da burguesia compatibilizar seus negócios com o contingente da força de trabalho a ser desativado. Segundo Bolsonaro, ao permitir os capitalistas de reduzirem a jornada, ou suspenderem os contratos de trabalho por tempo determinado, com redução dos salários, estariam garantindo os empregos. Os empregadores, que não teriam como se valer desse mecanismo, poderiam simplesmente demitir. Ao trabalhador, portanto, só restaria uma alternativa: arcar com a redução

salarial, não importando as consequências para sua subsistência.

A burocracia sindical, seguindo os preceitos da economia burguesa, aceitou esse pressuposto, capitulando diante do argumento de que, somente é possível defender os empregos, mantendo os negócios dos capitalistas. Concretamente, segundo essa posição, a classe operária e demais explorados devem sacrificar parte de seus salários para evitar a quebra de parte dos capitalistas. É como se houvesse solidariedade entre exploradores e explorados, no momento em que a economia se desintegra.

Cansamos de ver e ouvir os meios de comunicação criarem a falsa imagem da igualdade entre as classes diante da pandemia. Os capitalistas reagiriam, brutalmente, caso as organizações operárias exigissem a quebra do sigilo financeiro e comercial da classe burguesa; como se sabe, a renda média de 1% mais rico é 38 vezes a renda de 5% mais pobres; os 10% mais ricos detêm 43,1% da massa de rendimento, os 10% mais pobres, 0,8%. Uma pequena fração dessa imensa riqueza, concentrada nas mãos de poucos, poderia erguer a saúde pública e proteger a vida dos explorados. A burguesia e seus governantes não vão tocar em seus capitais. Alguns grupos econômicos “doaram”, segundo informações, R\$ 2,7 bilhões. Os bancos compareceram como os maiores “doadores”. Somente o Itaú fez a caridade de R\$ 1,2 bilhão (entregues à rede privada de saúde). Sua lucratividade, em 2019, atingiu R\$ 26,583 bilhões. O lucro líquido dos 4 maiores bancos foi de R\$ 81,5 bilhões. De repente, é acionado o mecanismo de “solidariedade humana”, manejado pelas igrejas e instituições “sem fins lucrativos”. Assistimos ao governador Doria listar, em seu discurso à população, uma relação de empresários e organizações que se comoveram com os chamados “vulneráveis”, palavra que vem substituindo miseráveis e famintos. Foram 81 empresas, que doaram R\$ 341 milhões, no total. Uma fração ínfima do que receberam como subsídio governamental.

Essa onda burguesa arrastou os sindicatos, que passaram a fazer campanha de cesta-básica e outras doações. Na falta de espaço do SUS para instalar leitos, os burocratas chegaram ao ponto de oferecer as dependências dos sindicatos. Os magnânimos serviços da burguesia se contentaram com os R\$ 600,00, a serem despendidos aos miseráveis, cantando vitória do Congresso Nacional contra o governo Bolsonaro. Submetidos à política burguesa do isolamento social, reproduzem tudo o que obscurece a visão e a consciência de classe do proletariado e demais explorados. Ocultam que a burguesia e seus governos não têm como proteger coletivamente a população da pandemia, e não têm como impor o isolamento social, sem causar redução salarial e demissões de milhões. A burocracia sindical, reformista, direitista e centrista, se uniu em torno ao isolamento social, como se fosse uma política de defesa real dos trabalhadores. Criticou a MP 936 em palavras, mas a adotou na prática. Com os operários atomizados em suas casas, aceitou as pressões dos capitalistas, que se valeram da MP 936. Sem nenhum pudor, os burocratas assumiram as “assembleias virtuais”. Utilizaram essa fraude como se fosse um instrumento da democracia operária, nas condições excepcionais criadas pela pandemia. Até mesmo a CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU morenista, embarcou no carrossel das multinacionais. A Força Sindical, no Sindicato Metalúrgico de São Paulo, chegou ao ponto de criar um aplicativo para negociar diretamente com o patronato. O Sindicato Metalúrgico do ABC, CUT, facilitou às montadoras e autopeças, agilizando os acordos de redução salarial. A classe

operária, imobilizada pelo isolamento social, tem de suportar a ofensiva dos exploradores aos empregos e salários, e carregar em suas costas a parasitária burocracia sindical pró-capitalista, bem como aquela que se diz socialista.

A classe operária e demais explorados não tiveram a possibilidade de se reunir em assembleias para discutir e decidir sobre o isolamento social e suas consequências. A CSP-Conlutas fez uma paródia de assembleia presencial, em São José dos Campos, no momento em que o isolamento social já estava imposto, com a anuência das centrais. A assembleia foi para que as empresas acatassem o isolamento, nos moldes em que as autoridades haviam determinado. De fato, as multinacionais já tinham decidido pelas férias coletivas. A CSP-Conlutas levantou a bandeira de “greve geral”, para que todos acatassem o isolamento, afirmando as diretrizes da política burguesa. O marco da adesão de conjunto das centrais foi o cancelamento do “Dia Nacional de Luta”, 18 de março. A justificativa foi de que era necessário aderir à orientação da OMS e dos governadores. Abriu-se, assim, o caminho para a aprovação e implantação da MP 936, forjada pelo governo Bolsonaro.

A cláusula que faculta aos capitalistas imporem acordos individuais de redução salarial, sem a participação dos sindicatos, resultou da reforma trabalhista e da pressão do empresariado, para que fosse garantida a segurança jurídica da aplicação da MP 936. Essa foi a única divergência, de fato, das centrais. A CUT referiu-se à necessidade de aperfeiçoar a Medida Provisória. Pretendia a revogação dessa cláusula. Reivindicou o papel de mediação dos sindicatos nas negociações. De maneira que acertaria com o patronato as condições de redução da jornada e salário. Na verdade, pretendia servir de fiscal, uma vez que a medida detalhava tais condições. O afastamento da burocracia dos acordos de redução salarial de até 25% demonstrava a inutilidade dos burocratas para a concretização da política burguesa de isolamento social.

A liminar do ministro do STF, Ricardo Lewandowski, em resposta à ADI, indicando que os acordos apenas teriam validade após o posicionamento dos sindicatos, insuflou a ilusão de que poderia ser derrubada a cláusula. Sem demora, o que não é típico do STF, os ministros derrubaram a ADI. Apesar do conteúdo antioperário e antissindical da MP, os sindicatos se dispuseram a fazer acordos online de redução salarial, com as multinacionais e grandes empresas nacionais. Estima-se que 25 milhões de trabalhadores terão seus vencimentos diminuídos, abrangendo pequenas, médias e grandes empresas. Não se deve confiar em que a redução será por alguns meses, até que perdure o isolamento social. Os capitalistas precisam rebaixar o preço geral da força de trabalho.

Somente a política revolucionária do proletariado pode responder com seu programa a essas contradições do capitalismo. O retorno ao trabalho o recolocará como força social. Nesse momento, verá que o desastre imposto pela burguesia não recai simplesmente sobre o indivíduo, mas sobre os explorados como um todo. A vanguarda revolucionária e a militância de esquerda, que foram capazes de enxergar a capitulação geral da burocracia sindical e o papel reacionário do reformismo, estão obrigadas a fazer uma ampla campanha pela convocação de assembleias. É por meio da democracia operária e dos métodos da luta de classes que se rechaçarão os acordos online. Os empregos e salários serão a base por onde a propaganda e agitação revolucionárias penetrarão no seio dos explorados e impulsionarão seus instintos de revolta.

Burocracia sindical enterra em vala comum as condições de existência dos trabalhadores

Constituir novas direções classistas e revolucionárias

Os capitalistas, Congresso Nacional e governos estão unidos em descarregar a crise econômica sobre a maioria explorada. Bolsonaro, Guedes, Maia, Alcolumbre, Toffoli, Doria e demais governadores têm a mesma receita: salvar os negócios da burguesia. Os partidos, que fazem oposição parlamentar a Bolsonaro, PT e aliados, com uma mão, se agarram na orientação da OMS de isolamento social e, com a outra, aceitam a nefasta receita dos capitalistas contra a vida dos trabalhadores. Foi assim com o “auxílio de R\$ 600,00” aos informais, e com a MP 936 de redução salarial. A burocracia sindical, direitista, reformista e centrista, enche a boca de saliva para discursar contra a Medidas Provisórias, mas colabora com a implementação. Foi assim com a reforma trabalhista, banco de horas, lay-off e, agora, com a redução salarial e as demissões em massa. Aí o caráter de classe burguês da “união nacional”, propagada pelos governantes, e difundida à exaustão pela imprensa monopolista.

A classe operária e demais explorados se viram entre a cruz e a espada. Os sindicatos se transformaram em agências virtuais. As direções sindicais, em suas casas, ditam as ordens pelos aplicativos. Inventaram um modelo de “assembleia virtual” para aceitar o acordo de redução salarial. Os trabalhadores pulverizados e atomizados

mada ao trabalho, é fundamental a exigência das assembleias para revogar a farsa da consulta on-line.

Nesses últimos dez dias, o Sindicato Metalúrgico do ABC convocou as “assembleias virtuais” em várias fábricas. O resultado, previsto de antemão, foi o de aceitar a proposta patronal, embora com votos contrários em quase todas. Nas montadoras, o voto pelo Não foi maior. Por exemplo, na Mercedes, 4.721 votaram pelo Sim, e 317, pelo Não; na Volks, 5.352 pelo Sim, e 59, Não; Scania, 2591 e 38, respectivamente. Nas fábricas médias, como Mahle, 432 a 11; e Rassini, 277 a 22. É importante observar que a rejeição ao acordo se vem manifestando entre os operários. Logo após a consulta do sindicato, a Mercedes e a Volks anunciaram a volta ao trabalho, em maio.

No Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, vinculado a CSP-Conlutas, não foi diferente. Na Embraer, 5.485 votaram a favor do corte salarial de 17,5% a 36,35%, 353 contra e 117 se abstiveram. Na GM, 2.496 votaram a favor da proposta da multinacional; 630, contra, e 63 se abstiveram. Chamou atenção a decisão dos trabalhadores da MWL, que rejeitaram a proposta de redução do salário e jornada. A votação foi em cédulas, portanto secreta, na subseção do sindicato, em Caçapava, com 86 contra, 57 a favor, e 3 abstenções. A

direção do sindicato, diante dessa decisão, diz que irá procurar a empresa para abrir “nova rodada de negociação”. E concluiu dizendo: “estamos abertos às negociações para achar um ponto de equilíbrio neste momento”. No caso da Caoa-Chery, o setor

administrativo acatou a redução salarial com poucos votos contra. Para os trabalhadores da produção, que estão em lay-off, desde 1º de abril, a montadora não acena com o retorno ao trabalho.

O Sindicato Metalúrgico de Campinas e região, vinculado à Intersindical-PSOL, inventou um sistema de envelope para a consulta. Com a pergunta: “Você concorda que o sindicato e a empresa façam um acordo de suspensão do contrato conforme a MP do governo Federal?” Os operários devem responder Sim ou Não. Assim, a burocracia anunciou que os metalúrgicos da Honda, na sua grande maioria, votaram pelo Sim. Faltou dizer que os trabalhadores disseram SIM com a faca no pescoço. Essa farsa de envelope será usada para os trabalhadores da AB Sistema de Freios, e outras empresas.

O Sindicato Metalúrgico de São Paulo, Força Sindical, como dissemos, sequer se dá o trabalho de coletar votos dos operários pelos aplicativos. Por isso, não podemos dizer se há alguma resistência ao acordo. O boletim Nossa Classe, que é distribuído nas fábricas controladas por essa burocracia direitista, tem ouvido os depoimentos dos operários, e presenciado o enorme descontentamento com a direção sindical, como alguns dizem: “come, bebe e dorme”, se referindo a vida mansa dos burocratas.

A camada da classe operária, que recusou a proposta patronal, mostrou que não está disposta a entregar parte de seus salários para beneficiar os capitalistas, mesmo correndo o risco de demissão. Mas, tem pela frente uma burocracia sindical colaboracionis-

Os trabalhadores pulverizados e atomizados são convocados a responder Sim ou Não às imposições patronais. Individualizados, correm o risco da perda do emprego, quando votam contra tais imposições.

são convocados a responder Sim ou Não às imposições patronais. Individualizados, correm o risco da perda do emprego, quando votam contra tais imposições. As direções direitistas, Força Sindical e seus sindicatos, não fazem rodeios. Para isso, criaram um aplicativo para negociar diretamente com o patronato. As reformistas, CUT e aliados, usam uma parafernália, aplicativos e assembleias virtuais, para contabilizar os votos dos operários. Os centristas, CSP-Conlutas, demagogicamente, dizem que são contra os acordos de redução salarial, no entanto, se apropriaram das assembleias virtuais, para pedir os votos dos trabalhadores. O grave é que mentem, ao dizer que se trata de uma decisão democrática e, por isso, o sindicato tem de acatar. A Intersindical segue o caminho das consultas. Como se vê, a “união nacional” se estende à burocracia sindical.

No jornal Massas anterior, expusemos os trágicos acordos, realizados até meados de abril, pelos sindicatos metalúrgicos no estado de São Paulo. Agora, destacaremos os que contaram com a resistência, embora individual, dos operários que se negaram a dizer Sim ao corte dos salários. O voto Não à proposta patronal esteve presente, principalmente, nas médias e grandes empresas, em particular, nas montadoras. Certamente, representa a camada da classe operária mais politizada, por isso, menos temerosa com a ameaça da perda do emprego. Sem a discussão em assembleia presencial, onde as decisões são coletivas, o voto on-line pelo Não comparece disperso por empresa e individualizado. Com a reto-

ta, que se colocou em favor da campanha burguesa do isolamento social, pulverizando os trabalhadores, e deixando-os inertes diante do profundo ataque, materializado na MP 936. Com diferentes tons de discursos em relação à MP, as direções sindicais permitiram que o patronato cortasse salários, sem nenhuma sombra de garantia dos empregos. A estatização dos sindicatos e a política de conciliação de classes forjaram direções serviciais aos pleitos e interesses dos capitalistas e seus governos. Está aí por que quebraram a disposição de luta dos explorados, desmontando as greves gerais de abril de 2017 e junho de 2019 e, agora, suspendendo o “Dia Nacional de Luta”, 18 de março, atendendo à campanha burguesa do isolamento social. Constituem, assim, travas, que impedem que se aflore o instinto de luta do proletariado, contra a violência reacionária dos capitalistas às condições de existência dos milhões trabalhadores empregados, desempregados e subempregados.

A burguesia vem quebrando o isolamento social. É questão de

pouco tempo para que as fábricas voltem a funcionar. A tarefa é a de convocar, imediatamente, as assembleias. Uma ampla campanha deve ser feita nesse sentido. Somente com os instrumentos da democracia operária, é possível derrubar a MP 936 e enfrentar novas medidas antinacionais e antipopulares do governo. É preciso, portanto, fazer uma firme campanha contra os acordos assinados durante a pandemia e as demissões. As assembleias compõem como condição para organizar a luta de resistência.

Estamos obrigados a denunciar essa burocracia sindical e trabalhar para erguer novas direções classistas. As centrais e sindicatos nas mãos desses burocratas não são instrumentos auxiliares da luta contra o sistema de exploração do trabalho. Ao contrário, são colocados a serviço da manutenção do capitalismo em decomposição. A tarefa colocada é a da recuperação dos organismos da classe operária para a luta de classes, o que implica a construção de direções revolucionárias.

Quinzena Operária

ASSEMBLEIAS PRESENCIAIS PARA REJEITAR OS ACORDOS ANTIOPERÁRIOS

Segundo o jornal Folha de SP, 2,4 milhões de trabalhadores já tiveram seus salários reduzidos, pela implantação da Medida Provisória 936. E conclui: “*Brasil vive apagão estatístico sobre o mercado de trabalho (...) “Em meio à mais grave crise dos últimos anos, o Brasil corre o risco de não saber exatamente o tamanho do buraco a que foi lançado durante a pandemia do coronavírus”*. Como se vê, a combinação da crise econômica e sanitária pesará duramente sobre os trabalhadores, que terão redução salarial e sofrerão com as demissões em massa.

As direções sindicais não fazem senão convocar “assembleias virtuais” para firmarem os acordos com o patronato. Eis alguns exemplos: A Caoa Chery suspendeu operários da produção, e não tem previsão de retorno ao trabalho. E impôs, para o setor administrativo, a redução de salário de 25% (até R\$ 4.000), com complemento de governo e da empresa, e 27% (acima de R\$ 4.000), sem complemento. A Nissan, em Resende (RJ), com 2,4 mil trabalhadores, suspendeu o contrato de trabalho, e anuncia o retorno em 21 de maio. Para o setor administrativo, haverá redução de 20% nos salários, e, para o setor produtivo, 25%. Outras montadoras já haviam feito os acordos, se utilizando da MP 936, como a GM, Toyota e VW Caminhões e Ônibus. Utilizam o dinheiro do próprio trabalhador para a complementação da

redução, como o FAT e o seguro-desemprego, além de penhorar férias, feriados e banco de horas.

A burguesia estima que, com a queda nas vendas de automóveis, no primeiro semestre, poderá ter uma redução de 10 mil empregos diretos, e mais 20 mil indiretos, mesmo realizando os acordos de cortes salariais. Portanto, os acordos não eliminam as demissões. Eis por que se torna monstruoso o papel da burocracia sindical, em firmar acordos de redução salarial por cima das decisões coletivas

dos operários (assembleias presenciais).

O Boletim Nossa Classe, órgão do Partido Operário Revolucionário, tem feito uma campanha contra os acordos malditos, e exigido que os sindicatos convoquem as assembleias, para que a classe operária possa rejeitar mais esse ataque do governo e da patronal. Estampa em seus cartazes a bandeira: “Nenhuma redução salarial”, “Que os capitalistas paguem pela crise econômica que produziram”, “Abaixo a política a acordos das centrais e sindicatos”.

Burocracia canta VITÓRIA com a suspensão da MP 905

A MP 905 do “Trabalho Verde Amarelo”, do governo militarista e ditatorial de Jair Bolsonaro, já foi votada na Câmara de Deputados. Faltava apenas o aval do Senado, para que não perdesse a validade, no dia 20 de abril. No entanto, não pôde aprová-la, porque havia divergências com o teor da MP. Assim, o governo se comprometeu a dar nova redação a MP.

Os burocratas das centrais sindicais festejaram a decisão do Senado, dizendo que foi a vitória da pressão dos sindicalistas aos parlamentares. Falso! Na realidade, se tratou de mais um episódio da crise política, entre Bolsonaro e os presidentes da Câmara e Senado.

A MP 905, bem como a que virá com nova roupagem, prevê a contratação de jovens, por dois anos, com uma carteira de trabalho (Verde Amarela), sem nenhum direito, e pagando no máximo um salário mínimo e meio (R\$ 1.558,50). Trata-se de um mecanismo para isentar os capitalistas de vários encargos sociais, entre eles a isenção de contribuir para o INSS, e redução da multa com as demissões.

A juventude explorada e os trabalhadores em geral devem rejeitar tamanha monstruosidade sobre a força de trabalho. E exigir que os sindicatos se coloquem imediatamente por rechaçar mais esse ataque do governo bolsonarista.

Correios: TST aprova a redução salarial

O serviço dos Correios não parou diante da pandemia, mas alguns trabalhadores precisaram ser afastados do trabalho presencial, por estarem no grupo de risco, ou conviverem com contaminados. A ECT (Empresa de Correios e Telégrafos) decidiu suspender o pagamento de “Adicional de Atividade”, “Funções de Atividade Especial” e “Adicional por Trabalho aos Finais de Semana” aos trabalhadores afastados, o que significa redução do salário. Em oposição a essa decisão, a FENTEC (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares) entrou na justiça para impedir o desconto. Mas, apesar de ter ganhado uma liminar, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) a derrubou, e garantiu os descontos. Os que seguem trabalhando enfrentam a falta de instrumentos de proteção, e a precarização das condições de trabalho.



O sucateamento dos Correios veio antes da crise sanitária, com o anúncio do governo, de privatização. Os trabalhadores mostraram disposição de luta, e se colocaram em favor da greve. No entanto, as direções sindicais suspenderam as mobilizações em fun-

ção da pandemia. E, agora, recorrem à via judicial, uma armadilha para ludibriar os trabalhadores.

Os Ecetistas não são os únicos que enfrentam as desgraças da crise sanitária e capitalista. A forma de fortalecer a defesa de nossas condições de vida é com unidade dos explorados. É preciso retomar a organização da greve geral, interrompida em abril de 2017 e junho de 2019. É preciso que a FENTECT, FINDECT e representações estaduais convoquem imediatamente as assembleias, para que os trabalhadores coletivamente rejeitem o acordo de redução salarial, e aprovelem o caminho da luta direta contra o governo e seu plano de privatização dos correios. Chega de desviar a luta para a justiça burguesa! Os trabalhadores têm seus

próprios métodos de luta.

O Boletim Nossa Classe, que é distribuído nos Correios, levanta as bandeiras: “Não à privatização dos Correios!; Reajuste salarial!; Ampliação do número de ecetistas!; Todas as condições necessárias de trabalho!; Rejeição ao acordo de redução salarial e demissão!”.

Demissão de funcionários terceirizados nas escolas estaduais

O governo Doria, que aproveita a pandemia para posar de humanitário, deu um ultimato às empresas terceirizadas, que prestam serviços na rede escolar. Como as aulas estão suspensas, os contratos estão também suspensos. As empresas, por sua vez, demitem os trabalhadores. É o que se passa na maioria das escolas que empregam terceirizados, a exemplo das escolas de Francisco Morato.

A empresa terceirizada de limpeza “LIBEM”, que presta serviço nessas escolas da região, no início de março, afastou uma funcionária, com mais de 60 anos, com base nas orientações do Ministério da Saúde. Em seguida, a demitiu. Certamente, usa a suspensão dos contratos feitos pelo governo para demitir os funcionários, sequer importando-se com a idade e as orientações da

OMS. Como se vê, são os trabalhadores que estão arcando com a crise econômica e sanitária. A situação se torna extremamente grave, porque se trata da cidade mais pobre da região metropolitana de São Paulo, que já sofre com o brutal desemprego e problemas sanitários de toda natureza.

A Corrente Proletária denuncia o governo Doria e sua política de terceirização nas escolas. Defende a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, com os mesmos direitos dos funcionários de escolas. E exige que a Afuse convoque assembleia para organizar a luta contra as demissões de trabalhadores, e o imediato atendimento das reivindicações elementares, como reajuste salarial e melhores condições de trabalho nas escolas. ■

1º de Maio virtual

Uma excrescência da burocracia sindical

Como já era de se esperar, o 1º de Maio será virtual. Isto é, todos em casa, assistindo aos shows e discursos dos burocratas. As centrais sindicais, reformistas, direitistas e centristas lançaram um chamado vergonhoso. Eis: “1º de Maio Unificado. Um novo mundo é possível com solidariedade. #Fique em casa”. Dizem que foi a forma encontrada para “proteger” os trabalhadores do novo coronavírus. Escolheram o tema para o 1º de Maio “Saúde, emprego, renda: um novo mundo é possível com solidariedade”. Certamente, para reforçar suas campanhas de arrecadação de alimentos, botijões de gás, ou disponibilizando os clubes de campo, para servirem de local de atendimento dos doentes. Aí está a impotência e o servilismo das direções das centrais. Lamentavelmente, a CSP-

Conlutas/PSTU se colocou em favor dessa farsa do 1º de Maio.

Ao invés de organizar as manifestações contra os violentos ataques dos capitalistas e seu governo, as centrais bloqueiam o descontentamento dos explorados com as demissões em massa e os acordos de redução salarial. No momento em que as montadoras anunciam o retorno ao trabalho, como a Scania, Volks e Mercedes, e centenas de empresas farão o mesmo, a burocracia sindical aconselha a classe operária a seguir a orientação burguesa do isolamento social.

O Partido Operário Revolucionário lançou uma carta aos explorados, rejeitando a farsa do 1º de Maio das centrais, e defendendo as manifestações nacionais, nesse dia internacional da classe operária.

Pernambuco

O Boletim Nossa Classe, divulgado pela regional do POR de Pernambuco, faz a campanha de defesa da classe operária, diante da pandemia do coronavírus, sob a bandeira: “Que os capitalistas e governantes paguem pela pandemia”. Diz: “O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e sindicatos rejeitem inteiramente a MP 936. Em contraposição, que levantem um plano de emergência, que tem por base nenhuma demissão, nenhuma redução salarial e por um salário mínimo do Dieese aos desempregados, subem-



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

pregados e informais”. Divulga o plano de emergência próprio dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe também faz um balanço da luta dos rodoviários contra a demissão dos cobradores e a dupla função. Denuncia: “Patrões continuam demitindo, mesmo após acordo com o sindicato. Os rodoviários sofreram uma dura derrota: muitos perderam seus empregos, as demis-

sões continuam, e o sindicato ainda assinou um acordo aceitando a redução de salários”. Mostra aos trabalhadores que “os patrões só entendem a linguagem da luta de classes”. Conclui com a defesa da convocação das assembleias. Explica que “não há como substituir as assembleias pela ação apenas da diretoria em negociações virtuais com os patrões”.

Ceará

Corrente Proletária na Educação



O Boletim explica aos trabalhadores o agravamento da crise capitalista, impulsionada pela pandemia. Faz campanha contra o ensino a distância. Explica: “Até agora, a maioria dos governos, incluindo o de Camilo Santana, implementa a chamada atividade remota, uma forma de garantir o mínimo de atividades aos estudantes, sem garantir que os mesmos tenham condições de acompanhar (internet em casa, computadores, alimentação, etc.) No caso do Ceará, o governo já comprou o serviço da Google sala de aula, e estuda qual a porcentagem de estudantes que tem acesso à internet. Estão dadas as condições de legislação e técnicas, para que o ensino a distância avance no ensino médio.

As burocracias sindicais, CNTE, APEOC, por outro lado, nunca fizeram um combate consequente ao ensino a distância, sequer se opõem essa modalidade no ensino superior, dizem desde que “sejam garantidas as condições de qualidade”. A Corrente Proletária na Educação rechaça o EaD, porque é o caminho da diminuição da responsabilidade do Estado com a educação, deixando nas mãos dos capitalistas este direito tão caro aos trabalhadores. O ensino a distância é expressão da barbárie, decomposição e apodrecimento a que chegou o capitalismo no Brasil. Uma nova escola será o resultado da revolução proletária e emancipação dos oprimidos”.

Carta de um operário classista ao Partido Operário Revolucionário

“Camaradas, trabalho na fabricante de pneus Bridgestone Firestone, em Santo André, vi os cartazes de vocês espalhados aqui pela entrada, parabéns pela iniciativa, acredito que seja um dos poucos movimentos que nesse momento está brigando pelo trabalhador na porta de fábrica.

Eu não participo de nenhum grupo ou coletivo, embora esteja querendo entrar em algo para conviver com pessoas mais sensatas (porque está difícil, com fascistas saindo até do bueiro), tenho uma visão mais anarquista social, gosto muito de Bakunin, mas acho que, independente disso, apoio qualquer movimento hoje contra esse governo, que estamos vivendo e pela luta das classes.

Vou tentar acompanhar mais o trabalho de vocês e, se eu puder ajudar em algo, é só falar.

Abraços e viva o POVO!”



Resposta do POR

Camarada operário, sua carta nos fortalece. De fato, o Partido Operário Revolucionário não parou suas atividades de propaganda e agitação nas fábricas. Vimos que as correntes praticamente recolheram sua política, diante do isolamento social. Nós, ao contrário, intensificamos a colagem de cartazes e pichações. Mesmo com a maioria das fábricas desativadas, continuamos a divulgar o Boletim Nossa Classe, naquelas que estão funcionando e que se acham em nosso alcance. Sim, precisamos de sua ajuda. Os operários com consciência de classe devem combater, principalmente, nas condições mais difíceis, como essa da pandemia.

Sem mais, esperamos que venha a participar com os militantes do POR, lutando pelo fim do capitalismo e emancipação da humanidade de todo o tipo de barbárie.

Recife

Patrões continuam demitindo

A pandemia do Coronavírus está servindo ao patronato para demitir e impor a flexibilização capitalista do trabalho, e mostrando a inviabilidade de preservar os empregos, direitos e salários, quando as direções se submetem à legalidade burguesa. O caso do Sindicato dos Rodoviários da Região Metropolitana do Recife (Resistência-PSOL) demonstra isso.

Antes da pandemia, a luta contra a demissão dos cobradores havia sido refreada, após o Tribunal de Justiça de Pernambuco decretar a ilegalidade das assembleias, bloqueios de garagem, e outros atos do sindicato. A justificativa era de que a gestão anterior assinou uma Convenção Coletiva de Trabalho, a direção do sindicato acatou e sinalizou que seria necessário esperar a nova convenção, em julho de 2020, para modificar isso. Em vez de se apoiar na ação direta (posta na ilegalidade pelo judiciário), passou a centrar sua ação no jurídico, e pressão para que o governador Paulo Câmara (PSB) se posicionasse a seu favor.

Sem os métodos da luta de classes, e já antecipando que a redução salarial era “tolerável”, a direção do sindicato informou o resultado da audiência de conciliação: a reversão das demissões, com perdas salariais.

Com os impactos da pandemia, o sindicato atuou para garantir proteção a trabalhadores do grupo de risco e condições de higiene. Manteve a propaganda contra a dupla função e demissão dos cobradores. As demissões, porém, só vinham se avolumando. Até que as empresas orquestraram, na surdina, demissões em massa, a partir de 30 de março. Três mil foram para o olho da rua, e mais seis mil estavam ameaçados, pois, o sindicato revelou que o plano da patronal era se livrar de 60% dos rodoviários.

A resposta instintiva dos trabalhadores foi a de se juntar e bloquear a entrada da garagem da Transcol, uma das empresas. O sindicato manteve a ação em torno das ações jurídicas, que atomizam os trabalhadores, e políticas de pressão ao governador. Promoveu uma campanha de abaixo-assinados, pedindo para que o governador mediasse o conflito. A comemoração em relação à suspensão das demissões logo se mostrou precipitada. No dia 06 de março, o sindicato dos rodoviários soltou uma nota, denunciando a condição da patronal para readmitir: aplicar a pior opção da MP 936, de Bolsonaro/Guedes: redução de 70% na jornada de trabalho da categoria, com redução de 40% no salário do motorista. Além disso, as empresas exigem que o acordo valha por seis meses, três além do prazo em que a MP vigora.

Sem os métodos da luta de classes, e já antecipando que a redução salarial era “tolerável”, a direção do sindicato informou o resultado da audiência de conciliação: a reversão das demissões, com perdas salariais. “*Fomos ao limite para garantirmos os cancelamentos das demissões de mais de 3 mil trabalhadores, nesse momento de pandemia e crise, isso para a gente é uma vitória gigante*”. Disse que o acordo incluía estabilidade por 6 meses. Além da aplicação da MP 96, o acordo aceitava a aplicação de reduções de salário ainda maiores, por mais três meses. Ou seja, passou o “tolerável” e o

“indefensável”, as empresas impuseram todas suas condições.

O acordo foi feito sem assembleia. As empresas, porém, mantiveram as demissões. Reintegraram poucos, e ainda estão fraudando as rescisões, colocando um código no FGTS de falência, impedindo os demitidos de sacarem. É evidente que houve uma derrota gigante por parte dos trabalhadores. A direção do sindicato, porém, segue na campanha de apelo ao governador e ao judiciário. O Ministério Público do Trabalho pediu esclarecimento às empresas, enquanto isso, os trabalhadores se aglomeram no RH das empresas, e nas agências bancárias, mas sem atuarem por meio da luta coletiva.

Publicamos no Massas 607 a moção que o POR enviou ao sindicato dos rodoviários no dia 07 de março. O sindicato publicou em suas redes várias moções recebidas, porém, não publicou a do POR. Certamente pelo desacordo em relação à linha desenvolvida por nós. A representante da CSP-Conlutas ainda criou

uma justificativa para a não divulgação de nossa nota, falseia que nossa nota fortalece o governo, não reconhece a luta dos rodoviários e deseduca a classe. Uma postura de quem escapa ao debate político, e cria uma crítica sem base na realidade.

Distribuímos a nota nos terminais o Boletim Nossa Classe, aos rodoviários. A recepção dos trabalhadores foi muito boa, concordaram que estão sendo derrotados, e que o sindicato deveria retomar a via da luta. Reclamam da queda brutal na renda, e que estão sem equipamentos de proteção. Já começaram a haver mortes por conta do novo coronavírus na categoria. Publicamos uma parte do boletim Nossa Classe, onde propagandamos também a necessidade de um plano de emergência de proteção à maioria explorada:

Patrões continuam demitindo, mesmo após acordo com sindicato

Os rodoviários sofreram uma dura derrota: muitos perderam seus empregos, as demissões continuam, e o sindicato ainda assinou um acordo aceitando a redução de salários.

É preciso extrair as lições desta tragédia para os trabalhadores

1) A burguesia usa o judiciário para amordaçar os instrumentos de luta dos trabalhadores

Na luta contra a demissão dos cobradores e a dupla função, o sindicato estava no caminho certo, fazendo atos, assembleias e bloqueios de garagens e avenidas. Estes são os métodos da luta de classes. Os patrões, porém, usaram a Justiça para proibir os métodos de luta e impor multas. O que fez o sindicato? Acatou os limites colocados pela legalidade. Qual foi o resultado? Os trabalhadores ficaram desarmados, diante dos ataques dos patrões. Era necessário unir à luta pelos empregos, a luta pelo direito irrestrito de greve e organização, a ser defendido com métodos da ação direta.

2) Os patrões usam a pandemia para atacar os trabalhadores

Era previsível que os patrões usariam a pandemia para seguir com as demissões e destruir direitos. Qual deveria ser a postura do sindicato? Não baixar a guarda. Mas, aceitando a amarra do judiciário, e se submetendo à determinação do isolamento social, o sindicato passou a apostar em uma tática de pressão sobre o governador, para que este pressionasse a Urbana-PE. Ora, mas o governador não é neutro. Ele está do lado dos patrões. Todos os governos são comitês dos negócios da burguesia. Paulo Câmara já mostrou, como na resposta à ameaça de greve no Carnaval, que só quer enrolar os trabalhadores. Não dá para confiar nos patrões, na justiça e no governo. Devemos confiar em nossas próprias forças.

3) O acordo entre sindicato e patrões foi uma derrota para os trabalhadores

A comemoração em relação à suspensão das demissões, após a intervenção do governador, se mostrou precipitada. A empresa cobrou caro a promessa de readmissão, e o sindicato aceitou que os trabalhadores pagassem. O pior é que os trabalhadores pagaram caro pela readmissão, mas a empresa não entregou o prometido, só readmitiu alguns e continuou demitindo novos.

Antes mesmo da audiência de conciliação, a direção do sindicato, já sinalizava que a aplicação da MP 936 era “tolerável para os rodoviários”, considerando os “marcos da atual situação econômica e da reversão das demissões em massa”. Sem métodos da luta de classes, e já antecipando que a redução salarial era “tolerável”. O resultado da reunião do dia 8 foi terrível, além das reduções salariais de até 40%, o sindicato aceitou que, após o fim da MP, “caso permaneça a pandemia”, em julho, o salário será reduzido de forma escalonada em até 40%, em julho; 30%, em agosto; e 20%, em setembro (para motoristas e fiscais) e 30%, 20% e 10% para os cobradores. Ou seja, as empresas impuseram todas suas condições.

4) É um erro o sindicato chamar o acordo de “vitória gigante”

A direção do sindicato erra ao considerar que a empresa foi derrotada, e a categoria foi vitoriosa. A empresa continua demitindo, e terá vantagens com a aplicação da MP 936 e ataques ainda mais profundos. Alguns trabalhadores conseguiram escapar (por enquanto) das demissões, porém, amargarão uma profunda retração em sua renda. Já mostram também que a direção do sindicato atuará sob os limites do legalismo, o que favorece a patronal para os futuros ataques.

5) Dois pesos, duas medidas

A justiça é rápida e dura, quando decreta ilegal e impõe mul-



Não há dúvidas de que, para manter os empregos, readmitir os demitidos, impedir a redução de salários, será necessário retomar a linha da ação direta. Teremos de buscar as formas de preservar nossa saúde, enquanto lutamos. Mas, sem a luta coletiva, inevitavelmente haverá perdas de direitos.

ta às formas de luta dos trabalhadores. Quando os patrões desrespeitam os acordos, a justiça “pede esclarecimento”, dá prazo, tudo bem lento, enquanto os trabalhadores amargam o desemprego. Não podemos confiar na justiça burguesa.

6) Há disposição de luta

A resposta instintiva dos trabalhadores da Transcol, diante das demissões em massa, foi a de se juntar e bloquear a entrada da garagem. Nas redes sociais,

muitos dizem: “devíamos ter parado para valer no Carnaval”. E, diante do descumprimento do acordo por parte da empresa, muitos dizem: “O que estamos esperando para parar tudo?”. O sindicato insiste na pressão sobre o governador e o judiciário. Insiste no erro que levou à derrota.

7) Patrões só entendem a linguagem da luta de classes

Não há dúvidas de que, para manter os empregos, readmitir os demitidos, impedir a redução de salários, será necessário retomar a linha da ação direta. Teremos de buscar as formas de preservar nossa saúde, enquanto lutamos. Mas, sem a luta coletiva, inevitavelmente haverá perdas de direitos. Temos, desde já, de saber que enfrentaremos a perseguição do judiciário, que impôs multa, antes da pandemia, a todos aqueles que se levantaram para lutar por seus salários e direitos: professores, policiais civis, enfermeiros e rodoviários. Lutar pelo direito à greve é lutar pela vida. Pois, sem nosso instrumento de luta coletiva, ficamos nas mãos do patronato. Não podemos aceitar que os trabalhadores paguem pela crise sanitária e econômica. Defender a vida é defender a saúde pública, mas também defender os empregos e salários.

8) Os trabalhadores não podem abrir mão de suas assembleias

Não há como decidir sobre os salários e empregos dos trabalhadores sem ouvi-los. Não há como ser vitorioso sem que os trabalhadores decidam juntos os rumos de sua luta. Não há como dobrar a determinação dos patrões descarregarem o peso da crise em nossos ombros, sem a luta de massas, sem a força da categoria. Por isso, não há como substituir as assembleias, pela ação apenas da diretoria, em negociações virtuais com os patrões.

Governos se aproveitam da pandemia para impor o Ensino a Distância

Com a pandemia do COVID-19, os governos têm imposto uma série de medidas de ataque às condições de vida da maioria explorada. Se já não bastasse a aprovação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, o momento atual tem sido utilizado para destruir ainda mais os direitos trabalhistas, a exemplo da Medida Provisória 936, que permite a suspensão do contrato de trabalho e a redução de até 70% da jornada e dos salários, por até três meses. No caso da Educação, várias têm sido as ações contrárias aos interesses dos estudantes e dos trabalhadores, que vão além da ofensiva sobre os empregos e salários, como o avanço da propaganda do *homeschooling* e a intensificação do uso do Ensino a Distância (EaD).

O principal elemento responsável por essa abertura é a ausência de luta coletiva por parte dos que estudam e trabalham, fruto da política de colaboração de classes empunhada pelas burocracias sindicais e entidades estudantis.

O EaD é uma modalidade que os governos, até então, sempre tiveram dificuldade para impor na Educação Básica, em função da resistência dos trabalhadores, bem como de outros fatores. Sabe-se, citando apenas alguns exemplos, que milhões de jovens no país dependem da merenda para se alimentar, muitas famílias dependem da escola para deixar seus filhos enquanto trabalham, cerca de 1/3 da população não tem acesso à internet etc. Enfim, existem muitos obstáculos concretos que demonstram que a função social cumprida pela escola vai além do acesso aos “conteúdos pedagógicos” e que a implantação do EaD, embora bastante cobijada, encontra barreiras na própria realidade.

E por que é tão cobijada? De maneira geral, a sua implantação permitiria uma redução drástica de recursos financeiros do Estado e dos patrões (no caso da rede privada), precarizando as relações de trabalho e reduzindo o número de docentes, principalmente no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. Não à toa, essa orientação consta da reforma do ensino médio/BNCC. Certamente, a venda de “conteúdos”, bem como de plataformas digitais e toda a parafernália associada, constitui um filão que faz brilhar os olhos dos gigantes monopolistas do setor, sedentos por ampliar seus lucros.

Por outro lado, haveria outras conveniências em sua aplicação, como a questão do controle ideológico e do esvaziamento dos movimentos organizados de estudantes, professores e funcionários, aspectos relevantes para os setores mais reacionários e obscurantistas, como o “movimento” Escola Sem Partido. Por fim, não custa nada repetir um ponto já batido: à classe dominante basta que a juventude oprimida aprenda na escola o suficiente para que se constitua em força de trabalho abundante e barata.

Como se vê, seriam muitos os prejuízos para os explorados com a implantação do EaD. Com certeza, seria possível elencar outros não citados acima. O grande problema é que agora, com a vigência da orientação de isolamento social, está se abrindo uma brecha favorável à sua expansão, o que significa que os governos

e patrões estão com as mãos livres para avançar em seu antigo plano de destruição do ensino presencial. O principal elemento responsável por essa abertura é a ausência de luta coletiva por parte dos que estudam e trabalham, fruto da política de colaboração de classes empunhada pelas burocracias sindicais e entidades estudantis.

O caso da Educação Municipal de São Paulo ilustra bem a situação. O prefeito Bruno Covas/PSDB publicou, no dia 8 de abril, uma Instrução Normativa (IN Nº 15/2020) com a imposição do EaD, a ser aplicado após o recesso escolar antecipado. A medida contém dois pontos principais: 1) disponibilizar conteúdos pedagógicos aos estudantes, por meio de material impresso que será entregue via correio e 2) oferecer acesso a uma plataforma online, que os professores precisarão alimentar com atividades complementares e que será empregada para os estudantes tirarem dúvidas acerca dos conteúdos disponibilizados.

São inúmeros os problemas que esta medida gera. A primeira está relacionada à elaboração desses materiais, que até então ninguém sabe exatamente de quem é a autoria. O secretário municipal de Educação, Bruno Caetano, anunciou na mídia que foi confeccionado pelos próprios professores da rede, embora não o tenha comprovado. O que nos indica que, provavelmente, esteja escondendo a parceria com assessores alheios à rede, possivelmente ligados a fundações privadas. Nem precisa dizer que a imposição de material pedagógico de maneira vertical, sem vínculo com a necessidade de cada estudante, além de ser uma intervenção pedagogicamente duvidosa, coloca em risco a já restrita autonomia que as escolas possuem no desenvolvimento de seus projetos.

O objetivo é, claramente, substituir os projetos hoje desenvolvidos pelos professores da rede por plataformas digitais, que poderão ser, a princípio, gentilmente “doadas”, a exemplo da disponibilização aos servidores do pacote Microsoft Office 365 ou do oferecimento da plataforma digital da Google, que agora deverá ser utilizada para “completar” os conteúdos dos Cadernos “Trilhas de Aprendizagem”.

Outra questão, que não diz respeito diretamente aos trabalhadores da Educação, mas que não pode deixar de ser considerada é a ampliação da exclusão social dos estudantes. Como já dissemos acima, as pesquisas apontam que muitos sequer têm acesso à internet, fato obviamente agravado pela crise econômica, com o aumento do desemprego e subemprego, fazendo sobrar menos dinheiro às famílias para a compra de pacotes de dados. Aliás, chega a ser constrangedor ter que lembrar isso, pois todos sabem da enorme dificuldade dos miseráveis para garantir a alimentação diária e para pagar as contas de água, luz e aluguel. Nesse sentido, falar em “garantia de aprendizagem” por meio do EaD chega a ser criminoso.

Diga-se de passagem, questão da aprendizagem em si também merece um aprofundamento. Apesar do apelo “modernizador” que a proposta do EaD traz ao imaginário popular, o que ela oferece é tão somente a reprodução dos métodos cavernários já aplicados. Com o EaD, o processo segue sendo repetitivo, memorístico e desvinculado da vida. Na verdade, é muito pior, pois

aprofunda divórcio entre sujeito e objeto do conhecimento, isto é, entre nós e o mundo em que vivemos, além de alimentar o nocivo individualismo entre os jovens, indo na contramão da necessidade, uma vez que está mais do que comprovado que o conhecimento da realidade é um fenômeno essencialmente coletivo.

Isso significa que, mesmo que houvesse acesso pleno aos recursos tecnológicos, não haveria nenhuma garantia de aprendizagem. A crise da Educação não se circunscreve à aplicação do EaD, nem é resultado da pandemia. A falência do ensino tampouco pode ser entendida como reflexo da falta de verbas, não é um problema de gestão, nem de modelo. Nada disso. O problema é muito mais profundo, está relacionado à impossibilidade - na época do capitalismo imperialista, que é uma Era de decomposição e de avanço da barbárie - de um amplo florescimento da Ciência e das forças produtivas em geral. Há uma crise estrutural, marcada pela colossal contradição entre a potencialidade das forças produtivas e as relações monopolistas de produção, as quais atuam como uma camisa de força, impedindo a humanidade de avançar. É a propriedade privada dos meios de produção, portanto, que, diante do fenômeno da superprodução, impõe um freio ao desenvolvimento científico. É assim que o marxismo há muito explicou o problema.

É extremamente importante salientar esse aspecto, pois se trata de uma abordagem inteiramente negligenciada pelas esquerdas em geral, inclusive pela que se reivindica marxista - à exceção do POR. A esquerda reformista e centrista faz uma concessão de essência ao EaD, colocando apenas alguns reparos na forma como os governos o têm aplicado, exigindo, por exemplo, que se forneçam as condições técnicas necessárias a todos, ou que os conteúdos sejam "socialmente referenciados" etc. É desse modo que as direções do movimento de massa no país têm tratado a questão! Além de não organizarem a resistência coletiva, seguindo fielmente a orientação de "isolamento social" ditada pela burguesia

imperialista/OMS, se negam a se chocar abertamente com essa ex-crescência do capitalismo que é o EaD.

Para dar um exemplo, vale seguir com o caso do município de São Paulo. A direção majoritária do SINPEEM (sindicato dos trabalhadores da Educação municipal), com o vereador Cláudio Fonseca (Cidadania/ex-PPS) à frente, não apenas tem se adaptado ao isolamento social, como se manifestou favorável à utilização do EaD como medida "emergencial", disfarçando essa posição miserável com a defesa demagógica do ensino presencial "como princípio". A cereja do bolo foi a reivindicação de que não houvesse pressão ou punição àqueles que não conseguirem cumprir as medidas impostas pela referida Instrução Normativa. Quanta hipocrisia! Depois de ver a direção do sindicato, que deveria defender a categoria, se prostrar diante do ataque governamental, como os trabalhadores poderão se confrontar com a medida? Individualmente? Todos sabem que não é possível e que, caso alguém ouse, o governo virá com certeza com as "pressões" e "punições".

A Corrente Proletária na Educação/POR denuncia franca e abertamente aos trabalhadores a tremenda hipocrisia das direções sindicais. Caracterizamos a atitude imobilista destas como uma traição aos explorados. Lutamos pela reversão desse imobilismo, conclamando os trabalhadores a resistirem coletivamente, com o método da ação direta, ao conjunto dos ataques da burguesia, o que passa pela rejeição integral do Ensino a Distância. Os sindicatos devem impulsionar uma luta conjunta, formando os comitês nos bairros e convocando assembleias em todo o país. É urgente aprovar uma forte campanha nacional de boicote à implementação do EaD, além de apontar um plano de emergência de resposta às crises sanitária e econômica. Esse combate deve partir das bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos, fazendo a ponte entre esse programa e a luta mais geral contra o capitalismo, em defesa de um governo operário e camponês.

Rondônia

Governo e prefeitos impõem o Ensino a Distância

Nas escolas estaduais e municipais de Rondônia, por meio da Resolução nº 1253/20, do Conselho Estadual de Educação (CEE), foi imposto o ensino a distância (EaD). O município de Porto Velho lançou a plataforma AVA digital, de aulas não presenciais, através da Secretaria Municipal de Educação - Samed. Segundo o demagogo prefeito, Hildon Chaves/PSDB, e seu secretário de educação, essa modalidade de ensino é para que os alunos, nessa época de pandemia, não fiquem prejudicados, quanto à aprendizagem e ao cumprimento dos dias letivos.

A partir daí, as escolas começaram a fazer pressão sobre os professores, para se engajarem no "trabalho virtual. Com medo de serem penalizados, alguns se envolveram, porém, a maioria dos professores, pais e alunos não tem condições materiais de participar do EaD, porque sequer têm computadores e internet.

Mesmo assim, a Secretaria e as escolas insistem no cumprimento da resolução, exigindo que os professores criem grupos de whatsapp junto aos pais, para dar prosseguimento às atividades. Como não tiveram êxito, obrigam os professores a deixarem atividades impressas nas escolas, e pedem que os pais retirem as apostilas. A burguesia e seus governos, que impu-

seram o isolamento social, agora, querem que os professores, pais e estudantes compareçam às escolas para pegar o material. Trata-se da imposição do EaD sobre outra forma, a adaptada aos pobres. É óbvio que toda essa impostura tende a fracassar. Não existem condições materiais para o ensino, sequer presencial, quanto mais o ensino a distância.

Os sindicatos, particularmente, o Sintero, criticam o uso do EaD e recorrem a instâncias legais, como os próprios Conselhos de Educação e as Comissões do parlamento. A crítica se tem centrado na impossibilidade de acesso à internet, como se o problema fosse somente este, quando se sabe que o EaD é um ataque à educação e aos trabalhadores. É o mecanismo para a privatização. Na realidade, o objetivo das direções sindicais é abrir um canal de negociação com os governos, para ajustar a aplicação dessa modalidade de ensino.

É preciso que pais e professores rechacem essa forma de ensino (seja com apostilas ou plataformas digitais). Que os sindicatos e entidades estudantis convoquem assembleias, para que se aprove o caminho da luta para pôr abaixo mais essa farsa dos governantes.

Rio Grande do Norte

Diretores continuam pressionando para impor o EaD Rechaçar essa política excludente e discriminatória

No início de abril, a Secretaria de Educação (SEEC/RN) e uma parte dos diretores pressionaram os professores a assumirem aulas virtuais, mesmo sabendo que parte dos estudantes não têm acesso às ferramentas necessárias, como internet e aparelhos eletrônicos. Na ocasião, havíamos rechaçado tal medida, por ser um atentado à decisão soberana da categoria de manutenção da greve, que luta contra o não pagamento do piso salarial, bem como contra as péssimas condições de trabalho. A direção do SINTE afirmou

que não era necessário a realização de ensino a distância.

No entanto, parte dos diretores mantém a pressão aos professores, para que estes utilizem plataformas virtuais como alternativa à suspensão das aulas. A SEEC se vale da divisão da categoria para, em cada escola, pressionar pelo EaD, por cima da decisão soberana e democrática dos trabalhadores em educação, bem como dos pais e estudantes, que estão preocupados com a possibilidade de seus filhos serem excluídos.

Os professores não podem se deixar levar pela ação dos diretores, uma vez que o ensino a distância, além de discriminar parte dos estudantes, acentua o caráter memorístico e repetitivo do ensino, contrariando a interação real entre professor-aluno. A aprendizagem, como ação coletiva, que é extremamente precária no ensino presencial, com o EaD deixa de existir.

É preciso que a direção, urgentemente, convoque a categoria para a assembleia presencial, para que possa retomar a greve e rejeitar o ensino a distância.

Rio Grande do Norte

Audiência virtual do SINTE com o governo

Na audiência virtual com a direção do SINTE/RN, o governo Fátima (PT), por meio de seu secretário de educação, não apenas enrolou os trabalhadores em educação, com a não apresentação da proposta do repasse do piso salarial, como também desferiu mais um ataque à educação pública, ao anunciar que o Conselho Estadual determinará a reorganização do calendário letivo, pois, abrirá as portas da educação básica ao ensino a distância.

Em videoconferência, no dia 20 de abril, a direção do SINTE e o governo do estado retomam as negociações da greve do magistério, iniciadas no dia 4 março. O governo, na audiência do dia 11 de março (ato na governadoria), por meio de sua comissão de negociação, havia dito que teria uma proposta para o pagamento do piso, acrescentando que o retroativo seria em 2021, em parcelas de 12 vezes. Essa proposta seria apresentada depois do dia 18 março (dia da paralisação nacional).

Com a retomada da negociação, no dia 20 de abril, vimos que o governo, apesar de ter tido muito tempo para apresentar uma nova proposta, não o fez. A direção do SINTE apresentou, em ofício, 13 pontos, no dia 13 de abril. Ou seja, teve todo o tempo para discutir a pauta. Mesmo assim, não apresentou nenhuma resolução para uma categoria, que está em greve há mais de um mês. Por outro lado, sobre o ensino a distância, que é um grande ataque à educação pública, o secretário afirma: *“o Conselho determinou que a SEEC elabore um plano de atividades, orientando ações pedagógicas não presenciais”*.

Percebe-se que não há nenhuma preocupação do governo em resolver a pauta da greve dos professores, mas de fortalecer a política de privatização e destruição da educação pública. Pois, com a resposta do secretário, fica claro que o governo Fátima vai expandir o ensino a distância, fortalecendo a determinação do Conselho Estadual de Educação, acima da prioridade da pauta grevista do magistério e, assim, colaborar com a política privatista de mercadorização da educação.

Comissão de base eleita em assembleia é escanteada pela direção do SINTE

Nas assembleias de greve, a direção do SINTE havia apresentado sete nomes da base do magistério para participar das audiências com o governo. Essa comissão vinha participando das audiências com o governo. Com a retomada das negociações por videoconferência, a direção do SINTE nada comunicou à referida comissão, eleita na assembleia. É preciso que a direção retome o que ela mesma propôs, e foi votado em assembleia, para garantir a democracia operária. Que a comissão volte a participar das negociações com o governo.

Não podemos aceitar a desculpa da crise sanitária para não receber os nossos direitos

Desde janeiro, que o governo teria de pagar o piso do magistério, isto é fato, é lei. Tivemos de organizar a greve por este direito. Com a crise sanitária, porém, o governo não prosseguiu com as negociações. Em contraposição à pauta da greve, vimos o governo acenar para os capitalistas o EAD. Estes, querendo se dar bem com o dinheiro público, que seria destinado para o pagamento do piso do magistério, utilizam-se de um falso sentimentalismo humanitário, de se preocupar com pandemia e isolamento social dos estudantes, para implementar sua política.

Essa política de Estado é de o desmonte do ensino presencial. Os governadores e prefeitos vão se alinhando com estas medidas de ensino on-line. Diante destes fatos, temos de lutar pelo recebimento do piso e contra o EaD.

Com o retorno das atividades econômicas, é urgente que a direção do SINTE convoque uma assembleia para a retomada da greve. Somente com a mobilização direta é possível enfrentar o governo do PT, que se recusa a atender as reivindicações dos professores.

Rio Grande do Norte

MEC NOMEIA INTERVENTOR PARA O IFRN

No dia 21 de abril, os estudantes e trabalhadores do IFRN foram surpreendidos com a decisão do MEC de nomear um interventor, Josué de Oliveira Moreira, como reitor pro tempore, ignorando o processo eleitoral realizado pela instituição, finalizado em 04 de dezembro de 2019, que elegeu o professor José Arnóbio de Araújo Filho para assumir o reitorado. A alegação do MEC é de que o processo eleitoral estaria irregular, em virtude de o reitor eleito estar respondendo a um processo administrativo disciplinar (na verdade uma sindicância), em virtude de uma denúncia do MBL e Escola Sem Partido, por ele ter autorizado, quando ainda era diretor geral do campus central, um evento da Igreja Católica, e no local haver uma banca do “Lula livre”.

O interventor, Josué Moreira, sequer participou do processo eleitoral do IFRN. Trata-se de um carreirista, que foi candidato a prefeito de Mossoró, em 2016, pelo PSDC. Em 2018, filiou-se ao PSL, o que lhe garantiu agora a indicação do deputado federal General Girão (PSL) para ser nomeado interventor do IFRN. Não há dúvida de que seja uma nomeação político-ideológica, que visa a facilitar a implantação das medidas obscurantistas e privatizantes do governo federal no instituto. Prova disso foi a declaração do interventor de que vai elaborar “um plano de retomada das atividades estudantis”, seguindo a cartilha bolsonarista de volta “a normalidade”.

A decisão da nomeação tem o agravante de se apoiar na MP 914/19, publicada em 24/12/19 (após a finalização do processo eleitoral do IFRN), que, em seu próprio artigo 11, diz que “O disposto nesta Medida Provisória não se aplica aos processos de consulta cujo edital, em conformidade com a legislação anterior, tenha sido publicado antes da data de entrada em vigor desta Medida Provisória”. Sabemos que não se pode confiar nas leis e justiça burguesas. A denúncia da ilegalidade do ato serve, em última instância, para utilizar as contradições da própria institucionalidade burguesa para esgotar mais rapidamente as ilusões nos meios institucionais, e potencializar a ação direta.

Diante da notícia da nomeação do interventor, a comunidade escolar respondeu imediatamente com uma manifestação em frente à reitoria, com carros bloqueando e manifestantes espalhados pela rua, que chegou a impedir a entrada do interventor para que tomasse posse. Mas, no mesmo dia, na calada da noite, quando já não havia mais ninguém, o interventor

conseguiu convencer os seguranças para que pudesse entrar e “tomar posse”, junto com mais três de seus capangas, dentre eles, José Ribeiro de Souza Filho, que participou da eleição para reitor com apenas 3% dos votos, passando agora a ser proclamado como vice-reitor pro tempore (cargo que nem existe).

O SINASEFE e grêmio do IFRN organizaram uma vigília na reitoria. Com um pequeno número de pessoas, presenciou-se a chegada do “vice-interventor” José Ribeiro, que, num tom prepotente, hostilizou os manifestantes e ameaçou chamar a polícia federal, para expulsá-los do local. Conseguiu adentrar no Gabinete do Reitor e pegar as chaves com uma ASG, que coincidentemente limpava sala. Ao tentar coagir o segurança a

A assembleia presencial implica decisão coletiva e ação conjunta para expulsar o interventor e seus aliados.

fechar o prédio, foi surpreendido com a ação dos manifestantes, de que ele não poderia dar ordens, e com a negativa do próprio agente de segurança de cumprir a sua decisão. Passadas algumas horas, o procurador federal do IFRN solicitou que ele se retirasse da sala do reitor, pois, não tinha o respaldo legal para tal, uma vez que não tinha sido nomeado formalmente para nenhum cargo. E assim foi embora o autoproclamado vice-reitor, desmoralizado. A descrição desses fatos demonstra o grau de prepotência desses impostores.

Diante da pressão das bases, a direção do SINASEFE planeja realizar uma assembleia para se discutir greve. Provavelmente, alegando a crise sanitária e para evitar aglomerações, possivelmente realizarão uma assembleia virtual, que não tem nenhum valor político. Os estudantes e os trabalhadores, ao contrário, devem exigir a convocação de assembleia presencial. A assembleia presencial implica decisão coletiva e ação conjunta para expulsar o interventor e seus aliados. Sabemos que as eleições para reitor não expressam a real democracia universitária. O peso do voto de cada professor é muito maior do que o de um estudante ou de um técnico-administrativo. Mesmo assim, diante de uma intervenção do governo Bolsonaro, nos colocamos ao lado dos estudantes e trabalhadores do IFRN contra a intervenção, e apoiamos sua reivindicação de que o reitor eleito seja empossado.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.



NÚMEROS DA BARBÁRIE CAPITALISTA NO CAMPO

A Comissão Pastoral da Terra divulgou, no dia 17 de abril, o levantamento dos Conflitos no Campo, no ano de 2019, constatando, por mais um ano consecutivo, o aumento de conflitos, assassinatos e protestos, envolvendo o campo, no Brasil. 2019 é um ano que marca uma situação singular, por ser o primeiro ano do governo de Bolsonaro, que deu continuidade de forma ainda mais exacerbada à política antinacional e antipopular, pró-imperialista, e de decomposição da democracia burguesa.

Faz-se necessário lembrar de algumas medidas que influenciaram o aumento dos conflitos no campo brasileiro: uma das primeiras medidas do governo foi a extinção do Ministério do Trabalho, como aprofundamento da Reforma Trabalhista. De imediato, o governo tinha a incumbência de levar adiante a Reforma da Previdência que não tardou. Pastas como a Funai, o governo passou ao ponto do descaramento na tentativa de aparelhar o órgão como uma secretaria no Ministério da Agricultura. O desmonte do Ministério do Meio Ambiente também se processou de forma inimaginável, hoje não resta mais que um nome; todas as pautas do ministério se encontram esvaziadas, e em uma crise crônica orçamentária, nenhuma política ambiental foi levada adiante, além de privatizações de Parques Nacionais. O governo também liberou a orgia dos ruralistas, o ano de 2019 encerrou-se com a liberação de 474 agrotóxicos, 5,5% mais que 2018, configurando-se um novo recorde; renegociou diversas dívidas dos ruralistas; e flexibilizou absurdamente a concessões de novas terras para exploração, principalmente na Amazônia legal.

O relatório da CPT registra que, em 2019, houve 1.833 conflitos no campo, 23% superior ao ano de 2018. Desse número, 1.254 ocorrências estiveram relacionadas com disputa por terra, impactando a vida de 859.023 pessoas. 489 conflitos envolveram a falta ou o acesso à água, número 77% maior que em 2018, mais de 279.172 pessoas foram impactadas. Também houve aumento no número de assassinatos, contabilizando 32 casos, quatro a mais que em 2018; 28 desses casos estão relacionados à disputa por terra, 3 são referentes a conflitos trabalhistas, e 1 caso com disputa por água. As tentativas de assassinato passaram de 28, em 2018, para 30, no ano de 2019, e houve um aumento de 22% no número de ameaças de morte, sendo 201 ocorrências.

As regiões em que há disputas com o agronegócio, mineração e madeiras concentram o grande número de conflitos por terra. Referente aos conflitos em torno da água, o setor de mineração está envolvido em 39% nas ocorrências por disputa por água, Hidrelétricas e os governos (federal e estaduais) compreendem 11% e 36%, respectivamente, sendo 14% dos outros casos envolvendo interesses empresariais. Os estados em que lideram o número de conflitos são o Pará, em primeiro lugar, seguido pelo Maranhão e a Bahia.

A região amazônica registra números escabrosos, 84% dos assassinatos ocorreram na região, acompanhados de 73% dos casos de tentativas de assassinato, e 71% das ameaças de morte. A região também registra 5.877 (57%) casos de famílias despejadas, e 84% das terras e casa invadidas. A questão indígena tem uma participação trágica nesses números, a cada três famílias envolvidas em conflitos na Amazônia, ao menos uma é indígena. A

ofensiva contra os povos indígenas também é registrada na invasão de suas terras por garimpeiros, e aumento do número de assassinatos; 244 conflitos envolveram os indígenas em conflitos por terras, 28% dos assassinatos foram de indígenas, 30% das tentativas de assassinato.

Entretanto, o número de mobilização no campo registrou um aumento de 142%, em relação a 2018, com 1.301 manifestações, envolvendo 240 mil pessoas, segundo os dados do relatório, é o maior volume já registrado pela organização. O que demonstra que os ataques não passam sem a resistência dos explorados, que sentem na pele a ofensiva da barbárie. A região Nordeste liderou o número, com 516 manifestações, envolvendo 106.451 pessoas, seguidas de 251, na região Sudeste, e 223, no Sul do país.

O contingente de pessoas afetadas e que se manifestaram em relação aos conflitos no campo demonstra a disposição de luta de uma maioria nacional oprimida, capaz de levar adiante as suas reivindicações mais sentidas. A conciliação entre as classes e as soluções prometidas por meio da ordem da democracia burguesa é incapaz de, ao menos, frear a decomposição da ordem econômica capitalista, que é, por si, a base material que impulsiona o aumento da barbárie no campo.

Enquanto isso, a economia brasileira segue em bancarrota, o agronegócio permanecerá como o carro chefe da economia do país, o que demonstra a priorização desse setor, sem importar os custos sociais que possam existir. Segundo o Ministério da Agricultura, a produção de grãos crescerá 27% nesta década; neste momento, o Brasil superou o EUA, na produção de soja. Até agora, com a crise do novo coronavírus, os insumos alcançam preços competitivos no mercado internacional, mas se a pandemia piorar, ocorrendo interferências na exportação, a crise econômica se aprofundará. O futuro, para além da incerteza da pandemia, também se mostra turvo para os capitalistas: a China, importadora de 80% dos insumos brasileiros, fechou acordo para investir R\$ 32 bilhões em exportações de soja, carne e outros insumos dos EUA; prevêem-se consequências para a economia brasileira, que se escore ainda mais nesse setor. Em qualquer cenário, a ofensiva no campo continuará a expor cada vez mais a barbárie capitalista, seja em conflitos, seja em destruição do meio ambiente.

Os conflitos no Campo prosseguem com a sua marcha centenária de sangue. A agricultura camponesa encontra-se arruinada, uma subsistência miserável assola as famílias camponesas e indígenas. A palavra de ordem por terra é uma faísca, capaz de acender o pavio da luta revolucionária no campo, assim como a autodeterminação das nacionalidades indígenas, sob a bandeira da constituição do governo operário e camponês. A reivindicação histórica de uma reforma agrária só será possível com o fim dos governos burgueses no país. Muitos dos instrumentos de luta dos camponeses encontram-se sob a direção do reformismo, que negocia os caminhos do rio de sangue que escorre das chagas do Campo no país, como é o caso dos sindicatos rurais e organizações, como associações comunitárias, que se colocam sob a direção da via parlamentar e da justiça burguesa para solução de seus conflitos; a necessidade de superar essas direções está na ordem do dia.

Líder indígena é assassinado em Rondônia

Desgraçadamente, na véspera do “Dia do Índio”, os invasores grileiros assassinaram o líder indígena, Ari Uru Eu Wau Wau. O corpo foi encontrado na região de Tarilândia, na cidade de Jarú. Ao lado de sua moto, estava o corpo, com sinais de pancadas na nuca.

O indígena já havia denunciado às autoridades as ameaças que vinha sofrendo, em função de não ter aceitado aliar-se aos grileiros e madeireiros, na exploração da madeira e outros recursos da aldeia. As denúncias do líder indígena se somaram a outras, feitas pela Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, por meio da coordenadora Ivaneide Bandeira, que confirmou as ameaças de morte que vinham sendo feitas a esse líder. Revelou que os madeireiros ofereceram dinheiro para ele para ser um aliado, “trabalhar para eles”.

O caso de Ari Uru não foi único, nesse período de pandemia e outras doenças típicas da região. Os invasores das aldeias também assassinaram Zezico Rodrigues Guajajara da aldeia Zutiwa, da

Terra Indígena Arariboia, no município de Arame, no Maranhão.

No chamado “Dia do Índio”, 19 de abril, a ASSOCIAÇÃO DAS GUERREIRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA – AGIR lançou um manifesto, intitulado “Carta dos Povos Indígenas”, assinada por 22 etnias, dos estados do Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Acre, Ceará e Maranhão. A Carta-Manifesto foi endereçada ao governo federal, à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e ao Ministério Público Federal, com oito pontos. Entre eles, a cobrança na apuração dos assassinatos de lideranças indígenas. O documento conclui com a bandeira: “Nenhuma Gota de Sangue a Mais”!

Chamamos atenção daqueles que se reivindicam da defesa dos povos indígenas que a luta contra os assassinatos deve ter como tarefa a constituição do “Tribunal Popular”, organismo dos explorados, capaz de julgar e punir os crimes da burguesia latifundiária, madeireiros, etc.

A luta indígena contra a opressão burguesa não se limita à conquista de



parte do território que foi expropriado pelos colonizados e, agora, pelos capitalistas. Não se restringe ao combate aos latifundiários, mineradores, madeiros e seus governos, que vêm assassinando lideranças indígenas, e sufocando as aldeias pela fome e a miséria. Essas lutas fazem parte do programa da classe operária pelo direito à autodeterminação das nações indígenas. O que significa trabalhar pela derrota do capitalismo, raiz de todas as formas de opressão, o que só se dará por meio da revolução proletária.

A expansão da pandemia no Norte e Nordeste

O colapso do sistema de saúde em Manaus, com lotação dos leitos, cadáveres ao lado de pacientes, Unidades de Pronto Atendimento tendo de fazer a função de Unidades de Terapia Intensiva, mortes de doentes em casa, adoecimento e morte de profissionais de saúde e covas coletivas, mostra a barbárie que ameaça todo o Brasil e, em especial, suas regiões mais pobres. O Norte e o Nordeste, conforme a lei do desenvolvimento desigual e combinado, são as regiões já marcadas por maior desigualdade social, com renda média mais baixa, falta de saneamento básico, menor número de médicos e leitos por habitantes e maior desemprego e informalidade no mercado de trabalho. Estes fatores, somados à favelização e maior densidade demográfica nas grandes cidades e capitais, pesam nos impactos da pandemia.

Segundo o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, de 20 de abril, dos 40.581 casos confirmados e 2.575 óbitos provocados pelo novo coronavírus, 10,1% dos casos se concentraram na região norte. Número elevado, considerando que 8,77% da população brasileira vive no Norte. No Nordeste, os 24,9% dos casos são menores do que os 27,16% da população. O problema é que se a subnotificação no Brasil é elevada. Segundo o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, considerando o número de testes por habitantes e a letalidade, os casos divulgados no Brasil até 10 de abril correspon-

diam a 8% da realidade. Dos 11 estados com notificações abaixo da média nacional, apenas dois (São Paulo e Rio de Janeiro) não estão no Norte e Nordeste. Paraíba e Pernambuco estão nas piores condições, com a notificação de apenas 2,2% e 2,4% dos casos, respectivamente. Dos 15 acima da média, somente seis são do Norte e Nordeste, com destaque para o Acre, com 21,2% e Bahia, com 15,1%. Ou seja, ainda assim uma grande subnotificação. Quanto

Deve-se considerar, também que nenhuma das epidemias, que já atingem com mais peso a população destas regiões, deixou de acontecer por causa do coronavírus. Estamos na época considerada “sazonal” para a dengue, zika, chicungunha, sarampo e influenza.

à taxa de letalidade, as regiões norte e nordeste estão com um percentual próximo à média nacional, de 6,3%. Com base nesta notificação, o estado do Amazonas tem a maior incidência de infectados no país, com 521 diagnosticados por 1 milhão de habitantes. Quanto às capitais, Fortaleza tem a maior incidência, com 1.007 casos por 1 milhão de habitantes, seguida por São Luís (899) e Recife (850).

Pesa, nas capitais, o grande número de pessoas vivendo em favelas. O geógrafo Ronnie Aldrin Silva fez um estudo considerando densidade demográfica, faixa etária, infraestrutura sanitária e elé-

trica, mercado de trabalho e estrutura de saúde, para ver o potencial de alastramento do contágio do coronavírus nas cidades do país. Constatou que no Nordeste e Norte, 46,4% e 33,6% dos municípios estão na faixa de maior risco, respectivamente. Muito superior às outras regiões: Sudeste (13,7%), Sul (11,8%) e Centro-Oeste (3%).

Deve-se considerar, também que nenhuma das epidemias, que já atingem com mais peso a população destas regiões, deixou de acontecer por causa do coronavírus. Estamos na época considerada “sazonal” para a dengue, zika, chikungunha, sarampo e influenza. Tuberculose e leptospirose também ocorrem simultaneamente. Certamente, são fatores de agravamento, junto a outras comorbidades, em caso de infecção simultânea pelo covid-19. Vale lembrar que, na região Norte, somente 8,67% dos municípios fornecem saneamento adequado, no Nordeste, o número chega a 16,61%. Muito distante do Sudeste, com 66,37%. São números que revelam as profundas desigualdades regionais que atravessam o Brasil.

Colapso dos sistemas de saúde

A pandemia tem os bloqueios já existentes ao acesso à saúde. Apesar dos anúncios de ampliação de leitos, sobretudo de UTI, com hospitais de campanha, aquisição de hospitais privados e parceiras com a rede privada, o imprevisto esbarra na disputa dos governos estaduais com a União. Pernambuco, por exemplo, aguarda a chegada de 100 respiradores, retidos pelo Ministério da Saúde. O governo federal tem requisitado a totalidade dos equipamentos e testes produzidos no Brasil. Aos estados, resta a compra no exterior, concorrendo com outros países, como os EUA.

O Amazonas já saturou a estrutura do sistema de saúde. No Ceará, o preenchimento dos leitos de UTI também já se completou, formando filas de pacientes que não podem esperar. Pernambuco também já anuncia o preenchimento dos leitos de UTI, e já há deslocamento de doentes entre as cidades por esgotamento de leitos locais. A projeção de leitos necessários para os estados é muito superior aos existentes. No caso de Alagoas, por exemplo, a Secretaria de Estado da Saúde informou, em 17 de abril de 2020, existiam 31 leitos intermediários, 177 leitos clínicos, e 94 leitos de UTI (83 adultos e 11 pediátricos). Segundo o Portal Covid-19 Brasil (USP e UnB), a projeção de casos para as próximas semanas exigiria mais 1.400 leitos clínicos, e 1.200 de UTI. Estão colocadas as condições para uma grande mortandade, predominantemente entre os mais pobres.

Ceará

Epidemia agrava a barbárie capitalista

Segundo o último boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do estado, divulgado dia 22, o Ceará contava com 4.116 casos confirmados, e pelo menos 239 mortes. O fato de o estado estar entre os mais atingidos pela covid-19 deveu-se ao fluxo turístico estrangeiro, e à demora dos governos em suspender os voos e monitorar os passageiros. Tal como em outros estados, no Ceará, a pandemia foi em grande medida também trazida pelos ricos, que estiveram em viagem por países contaminados. Durante as primeiras semanas, entre março e abril, o coronavírus se restringia ao bairro mais rico de Fortaleza: o Meireles. Assistimos agora à sua chegada rápida e mortal aos bairros operários da periferia. Esta proliferação nas zonas mais pobres é o

Covid-19

Medidas dos governos estaduais

A resposta dos governos estaduais, nas regiões, possui medidas comuns. Segundo levantamento do IBRE/FGV das medidas adotadas até 05 de abril. Todos decretaram estado de calamidade/emergência; medidas de isolamento social, com interrupção de comércio, serviços e eventos; medidas para os serviços públicos; e compra de insumos para o combate ao covid-19. A maior parte distribuiu cestas básicas ou outros auxílios para famílias e empresas. A prorrogação ou isenção no pagamento de serviços públicos para os mais pobres foi aprovada em 7 dos 16 estados da região. No Nordeste, menos Bahia, fizeram novas contratações de servidores da saúde. E, no Norte, apenas Roraima e Rondônia o fizeram. A extensão das medidas, agilidade na aplicação e alcance, variam.

A orientação do isolamento já vem sendo flexibilizada, em grande medida por prefeituras. Na Bahia, por exemplo, municípios como Feira de Santana e Vitória da Conquista, e mais dez, já autorizaram a reabertura do comércio, parcial e totalmente. O governo de Alagoas emitiu um novo decreto em 20 de abril, atenuando as medidas de isolamento. À revelia dos decretos, há setores e regiões que nunca pararam. A necessidade econômica dos informais e a pressão econômica, sobretudo dos comerciantes, vai rompendo as regras de isolamento. Os governos do Nordeste já admitem que avaliam a transição para o retorno. Do ponto de vista das condições sanitárias, a saturação dos leitos de UTI e ampliação dos casos exigiriam a continuidade do isolamento. No entanto, as condições econômicas e o compromisso das oligarquias, com a sustentação do parasitismo financeiro e garantia dos lucros da burguesia, vão se impondo.

A grande ausência na região é de uma política independente dos explorados e oprimidos. Os governadores brilham nos anúncios diários, nas TVs e rádios. Os explorados assistem às disputas dos estados e governo federal. O desespero e busca pela sobrevivência empurra a maioria pobre para as ruas. Os sindicatos, movimentos e correntes de esquerda se limitam à política virtual de pressão parlamentar, combinada com medidas filantrópicas. A combinação da crise sanitária com a crise econômica agravará a condição miserável, o desemprego, o corte nos serviços públicos, e a privatização da saúde e educação. É necessário redobrar os esforços na construção de uma direção revolucionária na região, como parte da construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil.

que tem feito aumentar os casos de óbitos, e o colapso do sistema de saúde, com a ocupação de 100% das UTIs e a formação de uma fila de espera por internação. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), dos 121 bairros de Fortaleza, pelos menos 117 já possuem registro de infectados, e a taxa de letalidade da doença em alguns deles tem atingido até 30%, muito acima da média estadual, que é de 5,4%. (Ver *Diário do Nordeste* de 22/04/20). Enquanto a Aldeota registra 3 mortes, em meio a 139 infectados, o vizinho Vicente Pinzon tem 4 mortes, num universo de apenas 24 doentes. No Meireles, onde há 179 infectados, mas apenas 7 mortes, a letalidade passa longe de bairros pobres, como a Barra do Ceará, que possui apenas 21 casos, mas

já contabiliza 6 mortes!

Em 16 de março, o governo do estado, PT, decretou estado de emergência em saúde, vindo a prefeitura de Fortaleza a fazer o mesmo no dia seguinte. A quarentena teve início logo em seguida. Toda uma imensa propaganda foi realizada sobre os riscos da pandemia, e a necessidade de manter o isolamento social. Ocorre que, nos bairros pobres, o auxílio emergencial miserável de R\$ 600,00 do governo federal, além de demorar a chegar, deixou de fora inúmeros explorados necessitados, fato que obrigou os desempregados e desamparados a terem de sair de suas casas e encontrar alguma forma de sobreviver. A impossibilidade prática de haver quarentena igual para pobres trabalhadores e ricos capitalistas, é o tem levado os explorados a manterem uma rotina de violação constante do isolamento. Habitando cubículos nas favelas e cortiços, muitos com apenas um cômodo, é impossível que famílias mais pobres e numerosas, às vezes com 3 ou 4 crianças, possam suportar uma quarentena, amontoados e trancados em casa. O conjunto destas condições tornou parte dos explorados receptiva à campanha direitista, de que a população deveria escolher entre voltar ao trabalho ou morrer de fome dentro de casa. Aos mais pobres e necessitados, a única resposta que os reformistas podiam dar era a já conhecida cantilena de manter a quarentena e evitar todo contato social. Nenhuma solução aos problemas reais dos mais necessitados foi apresentada. Nenhum programa de defesa da renda emergencial de um salário mínimo vital, de estatização da saúde privada e subordinação ao SUS, plano de moradia emergencial os milhares de favelados, de manutenção dos empregos e salários, etc. foi levantado. Correntes como PT, Psol e PCdoB completavam sua campanha de manter o afastamento social com uma ação assistencialista, de entrega de comida e cesta básica nas periferias.

O POR tem dito que o isolamento social é uma realidade apenas para uma parcela da população, notadamente a classe média e burguesa da sociedade, que também contam com as melhores condições de assistência à saúde. O proletariado, e antes de tudo suas camadas mais pauperizadas, que sofrem os efeitos do desemprego, do subemprego, da fome, e da falta de moradia e assistência à saúde, está entregue à própria sorte e, malgrado as ações governamentais, será quem pagará com a vida os efeitos da pandemia no estado.

Atraso no pagamento do auxílio emergencial do governo prejudica milhões de famílias no Ceará

O Ministério da Cidadania anunciou, a pedido da CGU (Controladoria Geral da União), o cancelamento da antecipação do pagamento da 2ª parcela do auxílio emergencial (prometida pela Caixa Econômica Federal) para quinta, 23/04. A razão: há pelo menos 12 milhões de cadastros que ainda não foram analisados pelo governo, de pessoas que passam fome e necessidades, e até hoje – mais de um mês depois do início da decretação oficial do estado de emergência em saúde pública – não receberam o auxílio dos míseros R\$ 600,00. A demora é explicada pela exagerada parcimônia do governo burguês em gastar com os pobres. Para a burguesia, o dinheiro a ser liberado aos empresários sai rápido e com toda agilidade. Aos mais pobres, impõe-se um exame, o mais criterioso possível, para evitar que o dinheiro seja gasto com a parcela dos pobres que não atende aos critérios do governo federal. Um exemplo disso é a recusa do governo

Bolsonaro em pagar o auxílio a quem não possui CPF, que ainda vigorará por mais alguns dias. Apenas nesta quarta, 22/04, o Senado aprovou a ampliação das categorias a serem beneficiadas com o auxílio financeiro para pescadores, diaristas, garçons, artistas, motoristas de taxi e aplicativos, catadores de materiais recicláveis etc.

Como se vê, as medidas de socorro aos oprimidos são lentas e quase inócuas. Ao mesmo tempo, os setores mais direitistas começam a retomar a campanha pelo fim da quarentena e volta imediata dos explorados ao trabalho, como ocorreu no dia 19, em Fortaleza, onde manifestantes reacionários realizaram ato em frente a quartéis das Forças Armadas. Apesar da ação do governo de cercar os manifestantes e proibir a carreatá, a pressão tem feito Camilo Santana (PT/PDT) recuar e anunciar uma

O coronavírus e as epidemias são um dado da natureza. Sua transformação em pandemia, e a incrível mortandade, que atinge principalmente os mais pobres, ao contrário, são um autêntico produto do regime social. O capitalismo bárbaro é o responsável por estabelecer as bases da expansão da covid-19 com as incríveis condições de miséria que produz, malgrado todo o desenvolvimento científico e das forças produtivas.

comissão técnica, que analisará o retorno gradual das atividades produtivas no estado (ainda sem data marcada), no momento em que a pandemia tende a atingir sua mais alta fase de mortalidade. O Secretário de Saúde do estado, Dr. Cabeto, disse em uma live, no dia 14/04: “Vamos ter morte e muita. Em meados de maio, terá em torno de 250 mortes por dia em Fortaleza. Não posso ser brando, porque os dados não nos permitem.” (Focus.jor.br de 14/04/20). Neste dia, o relatório da Secretaria de Saúde informava que os equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde durariam apenas por mais 7 dias, e previa 3,7 mil casos de covid-19, no Ceará, para 23 de abril. Um dia antes do prazo, no dia 22 deste mês, a secretaria já contabilizava mais de 4,1 mil casos positivos. Todo o esforço dos governos municipal e estadual na instalação de hospitais de campanha, oferta de novas enfermarias e UTIs, luta por respiradores, etc. tem sido aquém das necessidades que se apresentam, e Camilo Santana já providencia 15 mil covas em todo o estado para os resultados lúgubres da epidemia.

O coronavírus e as epidemias são um dado da natureza. Sua transformação em pandemia, e a incrível mortandade, que atinge principalmente os mais pobres, ao contrário, são um autêntico produto do regime social. O capitalismo bárbaro é o responsável por estabelecer as bases da expansão da covid-19 com as incríveis condições de miséria que produz, malgrado todo o desenvolvimento científico e das forças produtivas. A tarefa dos trabalhadores e juventude pobre é lutar em quaisquer condições de manifestação da barbárie social pelo programa revolucionário do proletariado. A ação independente dos oprimidos para rechaçar a arrogância burguesa, tal como suas divisões sobre as formas de combate à pandemia e preservação seus lucros, é a primeira condição para se erguer esta luta nacionalmente.

São Paulo

PANDEMIA ESCANCARA AS CONTRADIÇÕES

O município de São Paulo possuía, até 2018, segundo a ANS, 4927 leitos de UTI, correspondendo a 22,2% de todos os leitos das capitais do país. A rede pública conta com 1.906, e a rede privada, com 3.021 leitos. Após a pandemia, a cidade recebeu mais dois hospitais de campanha: Pacaembu e Anhembi, que juntos contribuirão com mais 2 mil leitos, comuns e de UTI, e, mais recentemente, foi inaugurado o Hospital Municipal da Bela Vista, na região central da capital, que contará com mais 124 leitos comuns, e 29 de UTI.

Segundo o último *Atlas da Saúde da Cidade de São Paulo*, a distribuição territorial dos estabelecimentos de saúde é profundamente desigual, ficando concentrada na região central, ou próxima a ela. Segundo a DATASUS, com dados de fevereiro de 2020, 60% dos leitos de UTI do SUS encontram-se em apenas três subprefeituras: Sé, Pinheiros e Vila Mariana. A densidade demográfica dessas regiões é: Sé: 16,4; Pinheiros: 9,1 e Vila Mariana: 13,0 habitantes por quilômetro quadrado. Essa relação é semelhante em subprefeituras de regiões periféricas, como Sapopemba: 21, Campo Limpo: 16,5 e Cidade Tiradentes: 14, onde praticamente inexistem unidades hospitalares.

Algo semelhante ocorre com algumas cidades da região metropolitana, como Embu das Artes, Caieiras, Embu-Guaçu, Jandira, Juquitiba, Santana de Parnaíba, Rio Grande da Serra, Ferraz de Vasconcelos, Arujá, Francisco Morato, Franco da Rocha, Pirapora do Bom Jesus e Ribeirão Pires, que não possuem nenhum leito de UTI. Autoridades governamentais alegam que estão sendo construídos hospitais de campanha, com leitos de UTI de alta complexidade, em Caieiras, que passará a ter 3; Cotia terá 10; Embu das Artes, 5; e Ferraz de Vasconcelos, que contará com outros 10. Os governos também alegam que, nessas quatro cidades e em outras igualmente periféricas, serão criados 1.581 novos leitos de baixa e média complexidade, no entanto, sem previsão imediata de entrega.

Há três diferenças entre os distritos ricos e os pobres, no que se refere à pandemia. Primeiro: nos distritos ricos, a totalidade dos exames para a Covid-19 é realizada em rede privada, cujo tempo de análise varia entre 15 minutos e 24 horas, enquanto o SUS leva mais de um mês. Segundo: a subnotificação nos bairros pobres é muitas vezes maior que nos ricos. Projeções matemáticas estimam que a diferença entre os casos confirmados e o total de casos seja de três a dez vezes. Terceiro: o número de mortes nos bairros pobres é superior ao dos bairros ricos. No dia 17 de abril, a prefeitura de São Paulo divulgou o número de óbitos por distrito, cuja concentração se encontra nos bairros pobres, a exemplo de Brasilândia: 54, Sapopemba: 51, São Mateus: 41, Cidade Tiradentes: 37, Cidade Dutra: 34 e Grajaú: 33. Em comparação, Morumbi, um bairro luxuoso, atesta 7 mortes, embora tenha sido um dos primeiros bairros a confirmar contaminados pelo novo vírus.

Soma-se a esse quadro, a precária situação do SAMU, que, desde 2019, a prefeitura fechou 31 bases, e, entre 2018 e 2019,

cortou em média 11,5% do quadro de enfermeiros e auxiliares de enfermagem, que formam 90% do atendimento das ambulâncias da cidade. A administração do SAMU estima que o município de São Paulo deveria ter entre 300 a 400 ambulâncias, e, dentre essas, 10% deveriam ter atendimento médico direto. No entanto, hoje o município possui capacidade máxima de 70 ambulâncias, sendo que apenas 12 possuem médicos.

Pelos dados apresentados acima, podemos concluir diretamente que o atendimento hospitalar se concentra nas regiões centrais do município. Os distritos mais ricos estão em regiões centrais. Os mais periféricos são todos distritos pobres. As condições de traslado da periferia para o centro, por meio de serviços públicos de ambulância, é praticamente inexistente. A concentração hospitalar na região central e proximidades não se justifica por maior densidade demográfica, já que, em cidades periféricas, a relação chega a ser maior. O parasitismo das empresas privadas de saúde, e a desassistência da rede pública, andam de mãos dadas. Não à toa, o número de leitos priva-

dos é mais de uma vez e meia aos leitos públicos. As medidas governamentais de reversão da calamitosa situação da saúde nos bairros pobres são ínfimas, quando não, nulas. A morte é mais presente entre os proletarizados, confina-

dos em bairros longínquos. A pandemia é fator de aceleração da destruição física da força de trabalho.

A separação geográfica entre a residência e empresas da burguesia e pequena burguesia abastada, e os casebres operários, apenas retardou em alguns dias a chegada do novo vírus aos bairros pobres. A contaminação era inevitável, apesar da forte campanha da mídia para o isolamento social. Uma vez iniciada a contaminação nos bairros pobres e favelas, o vírus encontrou condições sociais propícias para sua expansão. A mortandade entre os pobres e miseráveis acabou expondo a face social da crise sanitária. As centenas de covas, abertas às pressas, e feitas nos extremos da capital, é o começo do que se espera. A burguesia, friamente, faz as contas de quantas sepulturas necessitará para desovar os corpos abatidos.

Os governos zelam pelo bomson financeiro do burguês, que não precisa do SUS. Caminham devagar para socorrer uma parcela da classe média, que eventualmente necessite de atendimento hospitalar público. E, correm para se livrar dos corpos de operários, de desempregados e de indigentes.

A falência da saúde pública do estado mais rico e poderoso da federação já era notória antes da pandemia. A pandemia pôs à luz do dia o que os governadores faziam de tudo para ocultar, usando como comparação a situação tétrica da saúde de outros estados. Ressaltou a enorme distância entre o sistema público e o privado. Em outras palavras, definiu claramente a divisão entre as classes. De um lado, a maioria explorada, de outro, a minoria exploradora. É nesse momento que também vem à luz do dia o programa proletário de expropriação da rede privada de saúde, e constituição de um sistema único, estatal, controlado por comitês operários e populares.

A mortandade entre os pobres e miseráveis acabou expondo a face social da crise sanitária.

MANDETTA, MINISTRO DEFENESTRADO. O QUE MUDA?

17 de abril de 2020

Os pobres e miseráveis continuarão arcando com as consequências da pandemia. Os ricos, protegidos. As demissões e redução dos salários serão mantidas. Os desempregados e subempregados não têm outra saída, a não ser correr atrás do auxílio emergencial, uma esmola de R\$ 600,00. A burocracia sindical e o patronato não deixarão de negociar a aplicação da MP 936. As mortes provocadas pelo coronavírus seguirão em escala ascendente, até que esgote seu ciclo. Sai um ministro do governo burguês e entra outro, atendendo aos objetivos políticos e econômicos do presidente da República e de setores do poder econômico.

Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich são políticos vinculados ao sistema privado de saúde. Ambos pertencem ao partido DEM, uma das variantes partidárias da oligarquia. Nada muda, quanto à orientação burguesa diante da pandemia. Mandetta não levantou um fio de cabelo contra as medidas emergenciais de Bolsonaro/Guedes e Congresso Nacional, que favorecem os capitalistas e sacrificam a maioria da população. Deixa o governo com ares de cientista humanitário. O que mal esconde seu carreirismo na política burguesa, que lhe valeu a nomeação como ministro da Saúde pelo governo ultradireitista e obscurantista de Bolsonaro. Seu substituto, Teich, é da mesma laia, mas é um economista de saúde, faltando-lhe o traquejo de parlamentar, que Mandetta tem em excesso. Bolsonaro, não temos dúvida, fez um mal negócio, em se desfazer de um ministro da saúde que se popularizou e que dava cobertura às medidas antinacionais e antipopulares.

Mandetta assumiu a orientação da OMS, como fez a maioria das autoridades sanitárias em todo o mundo. Bolsonaro, seguindo a linha de Trump, não teve como compatibilizar o isolamento social com a crise econômica, que persistia, desde a recessão de 2015-2016. O governo bolsonarista deu continuidade à crise política, que não foi estancada com a derrubada do governo do PT e a instalação da ditadura civil de Temer. O programa de ajuste fiscal do ministro da Economia, Paulo Guedes, condicionado pela gigantesca dívida pública, comprimiu o crescimento econômico, depois de uma queda média de 7%, na recessão. A promessa de Guedes, de que o País retomaria o crescimento acima de 2%, assim que as reformas dessem frutos fiscais, foi golpeada pela pandemia, nas condições de retomada da crise econômica mundial. A paralisia do comércio, serviço e indústria abriu uma grande fenda, sob os pés do governo. A resistência de Bolsonaro em ampliar e manter o isolamento social se deveu, sobretudo, à necessidade imperiosa de evitar o colapso de seu governo. Aturdido e desorganizado inicialmente, não teve como disciplinar o ministério da Saúde, que ganhou vida própria. Os governadores e prefeitos, responsáveis pelas respostas imediatas à pandemia, se ergueram como pilares de sustentação de Mandetta.

A fratura na centralização do governo Bolsonaro favoreceu a projeção de governadores opositores, tendo à frente João Doria, de São Paulo. O combate à proliferação do coronavírus – nas condições adversas da saúde pública, e com a previsão de que poderia provocar a mortandade entre os pobres e miseráveis – implicava altos gastos. Ocorre que a maioria dos estados se encontra endividada, parte deles falidos. Somente o Tesouro Nacional po-

deria e pode assumir vultosos gastos. No final das contas, a dívida pública seria elevada às alturas. Bolsonaro, em seu discurso de posse do novo ministro, referiu-se a um gasto de R\$ 600 bilhões, que poderia chegar a R\$ 1 trilhão.

O capital financeiro é uma cidadela do capitalismo, que tem de ser blindada a qualquer custo. O governo de Bolsonaro não cometeria nenhuma violação à orientação do imperialismo, uma vez que todos os Bancos Centrais e Tesouros Nacionais vêm assumindo gigantescos gastos. Mesmo os mais ortodoxos liberais admitiram que, como emergência, a elevação das dívidas externa e pública era inevitável. O problema é que o Brasil tem uma das cargas mais pesadas entre os países semicoloniais, que poderá chegar rapidamente a 90% do Produto Interno Bruto (PIB). Os estados e municípios, envolvidos diretamente com a pandemia, perderão receitas, com o baixo recolhimento do ICMS e ISS, perdas estimadas em mais de 20%. Esse motivo é o suficiente para o governo federal temer o seu futuro e, assim, condicionar a ação sanitária ao desempenho econômico. Mandetta se tornou um empecilho ao objetivo de Bolsonaro, de se impor diante dessa equação.

O agravamento da crise federativa alarmou o núcleo militar do governo, que vinha tomando as rédeas da governabilidade. O afrouxamento da centralização autoritária, própria do Estado oli-

O alinhamento contra o governo de Bolsonaro implicou um alinhamento com a frente burguesa, liderada pelos governadores. De repente, a esquerda opositora ao ultradireitista Bolsonaro se tornou aliada do direitista Doria, cujo objetivo de tal alinhamento é o da suposta defesa da vida contra a morte.

gárquico brasileiro, chegou ao ponto de provocar enfrentamentos públicos entre a linha pretendida pelo governo federal e a desenvolvida pelo governo de São Paulo. A oposição burguesa, apoiada na OMS e no ministro Mandetta, se uniu em torno ao isolamento social e passou a pressionar Bolsonaro a encarnar essa via, que, sabidamente, foi rejeitada, desde o início, pelo presidente da República. A defenestração de Mandetta acabou sendo a condição para o núcleo militar do governo retomar a centralização. É sintomático que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha decidido a favor da autonomia dos estados e municípios, quanto à aplicação do isolamento social. Os atritos diários com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, são parte do problema federativo. O embate entre governo e Câmara dos Deputados, ao redor da concessão das verbas compensatórias à perda de arrecadação de estados e municípios, é parte dessa contradição entre a base oligárquica e o poder centralizado e subordinado ao imperialismo.

Bolsonaro espera que, com o novo ministro da Saúde, possa impor uma só voz desde o Planalto. Nelson Teich é um bolsonarista de primeira hora, conhecido empresário da saúde pelo setor médico-hospitalar, que vinha apoiando a posição do presidente contra o ministro Mandetta. Esse desfecho esperado contou com

a pressão de uma fração do empresariado, vinculada ao comércio e serviços. Foi importante, também, o apoio do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf, político que concorre com o governador Doria, mostrando sua concordância com a quebra do isolamento social. O efeito desse embate se observa na retomada do comércio, serviço e parte da indústria. Doria já não consegue manter o índice de isolamento alcançado, justamente no momento em que aumenta o número de infectados e mortos. A estrutura pública montada emergencialmente para socorrer um certo número de doentes já se mostra insuficiente. A rede privada está reservada aos ricos. Esse aparato concentra o que há de mais avançado na medicina. Eis por que é pequeno o número de mortos entre os afortunados, quando se expande entre os pobres e miseráveis.

As disputas interburguesas, que culminaram com a queda do ministro da Saúde, ocorrem no aparato do Estado e por cima das massas, aterrorizadas pela pandemia, pela redução dos salários, pelas demissões e pelo precipício da fome. A fração burguesa, da qual faz parte a imprensa monopolista, alinhada à OMS e ao governo de São Paulo, se esmerou em apresentar Mandetta como aquele benfeitor que, em primeiro lugar, defende a vida. Sua demissão, nas condições de agravamento da pandemia, é um trunfo para a oposição, que será usado nas futuras disputas eleitorais. Nesse sentido, Mandetta contou com o apoio de uma frente ampla, que vai do PSDB ao PT. Mesmo algumas correntes de esquerda condenaram a demissão, sob a justificativa de que se tratava de uma ação do governo “genocida” de Bolsonaro. Deixaram, porém, um flanco aberto aos impostores que vestiram a máscara de humanitários, a exemplo de Doria.

Os reformistas e centristas de esquerda não têm como explicar as disputas interburguesas, e demonstrar que o afrouxamento do isolamento social se deve não apenas à vontade de Bolsonaro, mas também à pressão do poder econômico, ou seja, da burguesia. Não se pode, no mesmo sentido, ignorar que uma parte dos trabalhadores informais teve de voltar à labuta do dia-a-dia. Prenderam-se na armadilha da divergência burguesa em torno ao isolamento social, à falsa dicotomia entre crise sanitária e crise econômica e à absurda defesa da vida como pressuposto anterior à defesa da economia, empregos e salários. É como se tudo isso se passasse em um sistema social abstrato, etéreo. Como se não existissem classes sociais antagônicas. Como se os explorados devessem se abrigar sob a guarda de uma fração burguesa humanitária que, supostamente, se contrapõe a uma fração genocida. Como se fosse possível transformar a água em vinho, o governo burguês direitista em governo progressista, a exemplo de Doria. Esse alinhamento contra o governo de Bolsonaro implicou um alinhamento com a frente burguesa, liderada pelos governadores. De repente, a esquerda opositora ao ultradireitista Bolsonaro se tornou aliada do direitista Doria, cujo objetivo de tal alinhamento é o da suposta defesa da vida contra a morte.

Essa máscara ideológica oculta o fato de que o isolamento social dissolveu a classe operária, que ficou à mercê da disputa interburguesa entre Bolsonaro e governadores. Mandetta e, agora,

Teich não passam de peças da mesma engrenagem capitalista, que reproduz e amplia o desemprego, subemprego, fome e miséria. Bolsonaro e Doria também funcionam como peças, que amanhã serão substituídas por outras, para manter os explorados sob o regime da escravidão assalariada. Não se deve destacar apenas as distinções circunstanciais dos governantes. É obrigatório demonstrar o fundamento de classe. Os governos burgueses estão obrigados a se adaptar às condições concretas da crise econômica e da luta de classes. A pandemia atingiu o Brasil depois de um golpe de Estado, constituição de um governo de ditadura civil transitório, eleição de um governo ultradireitista, aprovação de contrarreformas (trabalhista, previdenciária, terceirização, etc.), e traição pela burocracia sindical da greve geral de abril de 2017 e junho de 2019 e, mais recentemente, da greve dos petroleiros, fevereiro de 2020.

A classe operária e demais explorados foram atingidos inesperadamente. As direções burocráticas, reformistas e centristas, desmontaram o “Dia Nacional de Luta”, 18 de março, que po-

deria aprovar um plano de emergência próprio e oposto ao plano da burguesia e seus governantes, que resultou na MP 936, entre outras. Desativaram a luta nacional em nome do isolamento social e da proteção de vidas. Somente a classe operária organizada, empunhando reivindicações genuínas, reagindo às demissões e cortes de salários e rechaçando acordos da burocracia sindical com o patronato, poderia e pode defender a maioria nacional oprimida contra a crise sanitária e econômica. A crise de direção revolucionária, enquanto não for resolvida, não permitirá ao proletariado encarnar seu programa histórico de expropriação da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios

de produção em propriedade social. No entanto, instintivamente, se choca com a dominação burguesa e seu Estado. Trata-se da vanguarda com consciência de classe lutar nas condições mais difíceis com a estratégia e os métodos revolucionários da classe operária. Somente assim é possível se contrapor às diretrizes do imperialismo e dos governos servisais, que, antes de tudo, preservam os interesses do capital financeiro e dos monopólios.

As precárias condições da saúde pública, e as saudáveis condições do sistema privado, são os primeiros fatores que emergem contra a vida das massas empobrecidas, e a favor da vida da minoria enriquecida. Objetivamente, coloca-se a estatização, sem indenização, da rede privada de saúde, e seu controle operário. Esse é um importante passo de defesa real da população diante da pandemia. A dívida pública deixa de ser um obstáculo à defesa da vida se for cancelada. Os bancos que especulam com a situação devem ser nacionalizados. As reservas cambiais que alimentam a dívida pública norte-americana, e garantem os interesses dos agiotas, podem ser aplicadas na conversão industrial, voltada a abastecer os hospitais com as aparelhagens e materiais necessários ao atendimento de todos os infectados. As multinacionais que usam e abusam da pandemia para impor maior flexibilização capitalista do trabalho, se expropriadas, sem indenização, e nacionalizadas, possibilitam sustentar as forças produtivas internas, golpeadas pela crise mundial. A constituição de uma frente única anti-imperialista garantirá

As precárias condições da saúde pública, e as saudáveis condições do sistema privado, são os primeiros fatores que emergem contra a vida das massas empobrecidas, e a favor da vida da minoria enriquecida. Objetivamente, coloca-se a estatização, sem indenização, da rede privada de saúde, e seu controle operário. Esse é um importante passo de defesa real da população diante da pandemia.

a unidade da maioria oprimida contra a prepotência dos Estados Unidos e demais potências. As fábricas que demitem devem ser colocadas, imediatamente, sob o controle operário da produção. Esse é o programa do proletariado que responde, não apenas à pandemia, mas à pobreza, miséria e fome de milhões de brasileiros.

A classe operária, certamente, terá de passar por cima da bu-

rocracia sindical conciliadora, corrupta e traidora. A estratégia que serve à luta pela independência organizativa e política dos explorados é a da ditadura de classe do proletariado, que se materializará na forma de um governo operário e camponês. É nas condições objetivas mais duras de desintegração do capitalismo que emerge o programa histórico da revolução proletária.

Mais um episódio da crise política Sombra do golpe de Estado

21 de abril de 2020

Bolsonaro não conseguiria uma façanha melhor do que o comício, feito no “Dia do Exército”, para unir contra o seu governo o Judiciário, Legislativo, governadores, imprensa, direções sindicais e personalidades da política burguesa. Seus partidários de classe média alta escolheram o QG do Exército para realizar uma manifestação, sob a bandeira “Intervenção militar já, com Bolsonaro no poder”.

Os arroubos do presidente da República foram de que é a sua política que deve vigorar no País. Não teria nada a “negociar” com o Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal (STF) e governadores. Certamente, não nomeou os poderes com tal clareza. Condenou a “velha política”, denunciou “a época da patifaria”, e identificou seu governo com “o povo no poder”. Não passou de retórica, uma vez que dependeu dos velhos politiquinhos e dos patifes para galgar o poder do Estado. Ocorre que essas forças, hoje, se viram obrigadas a ir para a oposição.

Bolsonaro não tem como governar sem a “velha política”, que se expressa por meio das mais variadas frações da burguesia oligárquica. Montou um governo militarista, rodeado de ideólogos da ultradireita fascizante. Acreditou que seria suficiente assentar sua presidência sobre um núcleo de alta patente, para submeter o Congresso Nacional e demais instituições do Estado. Aspirou constituir um governo tipicamente bonapartista. A militarização de sua administração indicou a disposição presidencial de governar por cima das frações, que compõem a burguesia nacional, e se socorrer do alinhamento com o imperialismo norte-americano.

Quando parlamentar, Bolsonaro se destacou como expressão política dos setores mais reacionários da burguesia, isso como político originário das camadas mais obscurantistas da pequena burguesia. Sua trajetória esteve vinculada à condição de ex-militar, e afeito aos meios policiais. Cultiva noções políticas ditatoriais. Projetou-se na política parlamentar, defendendo o golpe militar de 1964. Liderou uma cruzada contra as denúncias de torturas e assassinatos pela ditadura militar. A sua biografia de ardoroso ultradireitista nunca deixou dúvidas. Desde sempre, evidenciou a condição de parlamentar medíocre. Passou por uma dezena de partidos de menor importância na política burguesa, a não ser o PFL, que se tornou DEM. Para se lançar candidato, teve de se abrigar na insignificante sigla PSL, rompendo após as eleições. No momento, dedica-se à criação de um partido próprio – “Aliança para o Brasil”. Essa síntese, por si só, é suficiente para constatar que Bolsonaro é fruto de uma profunda crise política, e da decomposição da burguesia.

Não haveria o presidente Bolsonaro, sem que houvesse o

golpe de Estado, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, do PT. Boa parte dos opositores de hoje esteve na trincheira do golpe e da constituição do governo transitório da ditadura civil de Temer. A maioria da população elegeu Bolsonaro nas condições em que o reformismo do PT naufragou, e os velhos partidos oligárquicos (MDB, DEM e PSDB) estiveram à frente do golpe de Estado. Está fresca na memória, a brutal reforma trabalhista, promovida pelo governo Temer e pelo Congresso Nacional. Esses três partidos, rodeados dos demais que compõem o chamado “centrão”, serviram de pilares à ditadura civil de Temer. Não se pode ocultar que as massas rejeitaram a reforma trabalhista. É bom lembrar, também, que o PSDB, embalado pelo governador Doria, foi responsável pela vitória de Bolsonaro, no segundo turno. O fato de Bolsonaro não entregar parte da governabilidade a esses partidos, que implicava distribuir cargos ministeriais e demais escalões da burocracia, explica, em boa medida, a crise política que se manifestou desde o início de seu governo.

A pandemia tão somente acelerou e aprofundou as divisões interburguesas, cujos reflexos na governabilidade chegaram ao ponto de Bolsonaro se aventurar a participar de um ato, que pedia o fechamento do Congresso Nacional, do STF e a edição de um Ato Institucional (AI-5). A intenção de Bolsonaro era usar o dia 31 de março, data do golpe de 1964, para exaltar os feitos da ditadura militar. Não foi possível, porque a crise sanitária atingia o seu auge, e as principais forças políticas da burguesia estavam pelo isolamento social. É bem provável que os generais o tenham dissuadido. É bom assinalar que os bolsonaristas acabaram realizando o seu ato marcado para o dia 15 de março, que, apesar de sua irrelevância, contou com a presença de Bolsonaro. A relevância desse momento, porém, recaiu sobre a decisão das centrais sindicais, que desmarcaram a manifestação do “Dia Nacional de Luta”, 18 de março. Foi um gesto dirigido à burguesia, mostrando que estavam contrárias a qualquer reação coletiva dos explorados, diante das consequências sociais que viriam do confinamento. A atitude de Bolsonaro, de comparecer às manifestações e sair às ruas cumprimentando transeuntes, foi a forma encontrada para expor a posição do governo contrária à desativação econômica, motivada pelo isolamento geral. A classe operária e demais explorados, pulverizados em suas casas, simplesmente foram relegados a joguetes dos conflitos interburgueses.

Governo e oposição, Bolsonaro e Doria, armaram uma rinha em torno ao isolamento. No entanto, ao lado, montaram um altar de proteção aos interesses do capital financeiro, industrial e comercial. A MP 936 resultou de um grande acordo,

bem como os míseros R\$ 600,00, destinados aos miseráveis. O governo se viu, de um lado, pressionado pelo alinhamento dos governadores e, de outro, pelos capitalistas, que exigiam garantias aos seus negócios. Ao contrário de se erguer como um bonaparte na situação da inesperada crise sanitária, capaz de reger a orquestra dos governadores com mãos de ferro, Bolsonaro se viu encurralado. As posições do Ministério da Saúde favoreciam os governadores, que passaram a agir como opositores, principalmente os de São Paulo e Rio de Janeiro. A agonia de Bolsonaro cresceu até o momento em que pôde se desfazer do ministro Luiz Henrique Mandetta. O que só foi possível quando a paralisia econômica se tornava insustentável à própria burguesia, cresciam as pressões de suas frações ligadas ao comércio e serviços, e os bolsonaristas se animavam a realizar carreatas pelo retorno à “normalidade”.

Os conflitos políticos e jurídicos, que envolviam a estrutura e o funcionamento federativo do Brasil, expuseram um alinhamento do Congresso Nacional e STF com os governadores. Aí se refletiu a fraqueza de um governo, que, constituído por um núcleo militar, esperava se impor com uma rígida centralização estatal. A crise econômica, que persistia desde a recessão de 2015-2016, agora dinamizada pela pandemia mundial, não possibilitou a Bolsonaro controlar as forças centrífugas, que se impuseram no interior da política burguesa, desde 2008. A impossibilidade do governo de concentrar em suas mãos todas as decisões sobre a crise sanitária abriu caminho para a polarização política, e formação de um novo alinhamento opositor, tendo duas figuras mais importantes à frente, o presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, DEM, e João Doria, PSDB. Isso explica determinadas decisões do STF em favor dos governadores. O PT, seus aliados e as centrais sindicais se alinharam por detrás dessa polarização, procurando se reabilitar diante da burguesia, e reconstituir seu poder eleitoral. É nessas condições que os bolsonaristas veem com apreensão a falência de seu governo. O discurso de Bolsonaro em frente ao QG do Exército refletiu mais desespero do que capacidade de impor aos opositores a centralização autoritária desejada.

A repercussão do discurso de Bolsonaro provocou uma reação tão ampla, das várias forças políticas e institucionais, que o presidente se viu isolado e obrigado a juramentar a Constituição. A resposta foi tão rápida e ampla que parecia que o Brasil estava à beira de um golpe. Destaca-se a Carta assinada por 20 governadores, dos 26 estados e 1 Distrito Federal que compõem a União. Excetuando Minas Gerais, cujo governador foi comprado dias antes por Bolsonaro, e o Paraná, os demais estados não assinantes são relativamente de menor relevância econômica e política. O presidente do STF, Dias Toffoli, confabulou com o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, que, por sua vez, segundo informações, convenceu Bolsonaro a não colocar mais lenha na fogueira. O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, foi orientado a pedir ao STF a abertura de um inquérito, sobre quem está promovendo e financiando a campanha de fechamento do Congresso Nacional e do próprio STF. O mais provável é que se procure arrefecer a polarização.

O isolamento social está com os dias contados. Doria, inclusive, adiantou que poderá flexibilizar a quarentena a partir de 11 de maio, apesar do aumento vertiginoso das mortes. O comércio e serviços vêm rompendo gradualmente o confinamento. A Fiesp

apresentou ao governador um plano de reativação. A Volks anunciou que logo retomará a produção. Essa mudança corresponde à posição do governo federal. Eliminando esse motivo da polarização, as forças burguesas terão de responder à brutal queda econômica, elevação da dívida pública, falência dos estados e municípios, e descontentamento das massas, diante das perdas salariais e desemprego. Tudo indica que o pior está por vir. O governo e o Congresso Nacional terão de sacrificar ainda mais a vida da maioria oprimida. Os capitalistas, dos maiores aos menores, recorrerão ao aumento da taxa de exploração do trabalho. O custo de vida tende a se elevar. O capital financeiro pressionará, para que se aumente a tributação sobre o trabalho. Eis por que as multinacionais e a burocracia sindical correm a fechar os acordos on-line de redução salarial.

O retorno à “normalidade” dará a dimensão precisa da diminuição dos salários na renda nacional, aumento da concentração de riqueza nas mãos da minoria, crescimento do desemprego e expansão da miséria. A burguesia e seus governos contam com a continuidade da colaboração das centrais sindicais, e com a contribuição do PT e aliados, em nome da estabilidade democrática. Se os aparatos sindicais conseguirem manter o bloqueio aos instintos de revolta dos explorados, o governo e as forças opositoras terão melhores condições políticas para negociar novas medidas antinacionais e antioperárias. Não temos dúvida de que haverá uma unidade burguesa para materializar essa probabilidade. A ultradireita e a direita burguesas se manterão unidas quanto à implantação das contrarreformas, e à adoção de novas medidas, que recairão sobre os explorados. A luta de classes é que decide, em última instância, o desenvolvimento da crise política e as alianças no interior da política burguesa.

A vanguarda revolucionária e o destacamento do proletariado com consciência de classe terão de agir prontamente. Está colocada, desde já, a campanha pela convocação das assembleias em todos os sindicatos, e realização de plenárias abertas, convocadas pelas centrais. Todos os acordos que prejudicam os explorados deverão ser revogados. Os salários deverão ser integralizados, sem que haja qualquer perda. Que os capitalistas arquem inteiramente com a redução da jornada, suspensão dos contratos de trabalho, lay-off, etc. Os trabalhadores não deverão pagar pelo isolamento social. As demissões deverão ser anuladas, e os trabalhadores reincorporados. Os informais devem ter garantida a manutenção dos R\$ 600,00, que precisam ser aumentados, de acordo com um salário mínimo real, que cubra as necessidades da família. As medidas que favorecem os grandes capitalistas têm de ser anuladas. As centrais e sindicatos devem tomar em suas mãos a saúde pública, organizando a luta pela expropriação dos grupos privados de saúde, constituindo um sistema único estatal. Os recursos para superar a pandemia devem vir do não pagamento da dívida pública, do uso das reservas cambiais, da decretação de um imposto sobre as grandes fortunas. Está colocada a unidade entre empregados, desempregados e subempregados, em torno à reivindicação de emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Esse é o ponto de partida para pôr em pé um movimento de defesa da maioria oprimida. A vanguarda com consciência de classe vincula as reivindicações mais elementares à estratégia da revolução proletária.

Nesta edição:

- **Bolivia:** Por que acreditar que somos culpados?
- **Argentina:** Acabar com o capitalismo, antes que este acabe com a humanidade! / Em meio à pior crise econômica e social, governo confirma que quer pagar dívida externa.
- **Internacionais:** EUA: Epicentro da Crise Sanitária e Econômica. / *Nota do POR de Brasil:* Sanção de Trump à OMS. / A crise econômica, potenciada pela crise sanitária, dá lugar à nova etapa da guerra comercial.
- **Lênin:** Lênin e as epidemias / *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Bolívia**

Que as exigências dos explorados e oprimidos ao governo dos empresários não fiquem em puras bravatas A Câmara de Indústria e Comércio de Santa Cruz já antecipou que haverá demissões, e que “a realidade como a conhecíamos vai mudar” (Nota da imprensa). MAIS CLARO, IMPOSSÍVEL!

Este tenebroso anúncio dos empresários tem na prática força de Lei, porque este governo é seu governo. Já não precisam bajular ninguém, como no passado faziam com o “revolucionário” impostor Evo, para impor a sua vontade e seus interesses.

De fato, chovem denúncias de demissões sobre o Ministério do Trabalho, apesar das medidas do governo, demagogicamente anunciadas “para proteger o emprego”. Como também ocorria no governo do MAS, o Ministério do Trabalho se faz de desentendido.

À pandemia da COVID-19, seguirá, inevitavelmente, a pandemia do desemprego massivo, da fome das famílias pobres. Não somente na Bolívia, mas no mundo inteiro.

Os trabalhadores e demais oprimidos devem estar conscientes de que cairá sobre eles, sem nenhuma consideração, todo o peso da terrível crise econômica que se anuncia.

Devemos nos organizar para enfrentar a arremetida burguesa!

Exigir do governo esta ou aquela bandeira não tem nenhum sentido, se não formos capazes de organizar os explorados, para que essas exigências vitais se convertam em ação direta.

A burocracia sindical colaboracionista, servil e inimiga da classe é o grande obstáculo. Aos revolucionários, cabe a

tarefa de combatê-la e dirigir nossas energias para organizar as massas exploradas e oprimidas para a batalha.

- Estabilidade nos empregos. Não aceitar nenhuma demissão, sob nenhum pretexto;
- Não aceitar redução salarial, nem descontos nas férias pelos dias não trabalhados;
- Não ao congelamento dos salários;
- Não à flexibilização capitalista do trabalho;
- Não à suspensão temporária das contribuições patronais para a Previdência e a saúde;
- Controle operário coletivo de todas as fábricas e serviços;
- Garantia de equipamentos de proteção aos trabalhadores da saúde, por conta da patronal;
- As empresas que se declarem falidas, devem ser tomadas por seus próprios trabalhadores, e o Estado deve injetar o capital necessário para o seu funcionamento;
- Estatização dos serviços privados de saúde;
- Desconhecimento da dívida externa;
- Nacionalização das minas e petróleo, sem indenização.

COM O POR AO SOCIALISMO

(extraído do *Jornal Massas Extra*, órgão do Partido Operário Revolucionário, 20 de abril de 2020)

Bolívia

Por que acreditar que somos culpados?

Lautaro

Suportamos uma poderosa pressão para acatar a quarentena da forma mais estrita possível. As mensagens nos chegam de formas sutis, realizadas por crianças, ou em tom fortemente ameaçador, nas quais os infratores são satanizados de “inconsistentes”, “delinquentes” e “inimigos da saúde pública”. A Polícia e o Exército estão à caça de bodes expiatórios, para semear mais medo, e nos advertem que a pandemia será pior por nossa negligência. Os que resistem, porque enxergam a fome mais ameaçadora do que a COVID-19, são espantados com violência.

A imprensa, o governo e autoridades, com a mesma intensidade que o vírus, dizem insistentemente “#FIQUEEMCASA”, assim como “o coronavírus não discrimina”. Diariamente, relatam os níveis de contágio e mortes, e nos responsabilizam por causa do nosso comportamento.

O Coronavírus não é a desgraça, este existe pelas leis internas da natureza. Os seres humanos estão em permanente adaptação com o que constroem e destroem. A ameaça é a enfermidade globalizada, com sistema de saúde despedaçado. A Organização Mundial de Saúde existe para ocultar e justificar este desastre.

A cada dia, o vírus é mais tenebroso, e nos chamam de estúpidos, por não entendermos. Portanto, é necessário militarizar e reprimir todo infrator.

Mas, esta imponente e “consciente” campanha, contraditoriamente, não entende a verdadeira dimensão do problema, e reduz a COVID-19 a aspectos puramente biológicos, estatísticas de contágio e perspectivas probabilísticas.

Na atual sociedade, os seres humanos não são iguais, ocupam distintos lugares na produção, estão divididos em classes, caracterização precisa, que não pode ser substituída por outras estratificações totalmente inconsistentes.

A saúde/doença, o COVID-19, existe em uma realidade mais complexa. Muitos afirmam que a enfermidade não discrimina, que é igualmente perigosa para ricos e pobres. Esta é uma posição reducionista e empírica. Os pobres a encaram e morrem onde estão, os multimilionários organizam as suas vidas comodamente, em suas residências de luxo. Os pobres

infectados não chegam à terapia intensiva e morrem na esqui-na, os políticos são imediatamente atendidos com uma equipe exclusiva, que poderia estar cuidando de vários infectados.

O COVID-19 aparece em uma determinada estrutura social, que considera a saúde como um bem de consumo. Ou seja, como toda mercadoria, existe para quem possa comprá-la, e se investe nela, na medida em que gera lucro. A saúde como um direito humano é apenas uma frase de efeito.

O Coronavírus não é a desgraça, este existe pelas leis internas da natureza. Os seres humanos estão em permanente adaptação com o que constroem e destroem. A ameaça é a enfermidade globalizada, com sistema de saúde despedaçado. A Organização Mundial de Saúde existe para ocultar e justificar este desastre.

Os governos, diante da falência da saúde, não se responsabilizam pelos mortos, sua única responsabilidade é a de assustar a população, que tem sido obrigada a cumprir a quarentena, e que descaradamente a responsabilizam pelo que acontece, enquanto que aqueles que traficam com a saúde são aplaudidos pelas migalhas que doam. Não, senhores, a população confinada está, cara a cara, diante da morte pela fome. Isto, sim, é um sacrifício. Aqueles que decidem sair de suas casas, sem se importar com o risco da morte, mostram que chegaram ao seu limite extremo.

Os responsáveis pelo fato da enfermidade nos atingir duramente são os mesmos empresários e seus serviços que lucram com a saúde. As transnacionais estão acostumadas a matar milhões, pela fome, guerras e enfermidades. Com este desastre, grande parte dos famintos serão duramente atingidos, mas o imperialismo reorganizará os seus negócios, por cima de milhões de cadáveres. Para isso, não tem nenhum escrúpulo.

Cabe, no momento, nos organizarmos para exigir que a burguesia e seus governos garantam as condições materiais para enfrentar a doença nos hospitais: médicos, alimentos, condições de vida, de acordo com nossas necessidades, e não só esmolas, para fingir que estão preocupados com o nosso futuro. Se não podem atender essas exigências, vamos derrubá-los do poder.

(Extraído do jornal *Massas Extra*, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, 20 de abril de 2020)

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Argentina

Acabar com o capitalismo, antes que este acabe com a humanidade! Mais do que nunca, a alternativa é socialismo ou barbárie capitalista!

10 de abril de 2020

Nada será igual. Será muito pior, se não liquidarmos o capitalismo apodrecido, que nos empurra à barbárie. Não cairá sozinho pelo seu próprio peso, teremos de derrubá-lo!

Os mais diversos setores descrevem esta crise como sendo a mais grave desde 1929. Mais do que a bancarrota de 2008/09, ainda não superada. Os prognósticos da Organização Mundial do Comércio (OMC), FMI e Banco Mundial apontam para uma brutal queda da produção e do comércio, com perdas de milhões de postos de trabalho. Em poucos meses, ocorrerá uma colossais destruição de forças produtivas. A pandemia somente serviu de detonador. Os elementos explosivos da economia já estavam presentes desde antes, o mercado mundial já estava estancado. Combinam-se as questões sanitárias, econômicas, sociais e políticas. É inevitável.

A barbárie está bem na nossa frente. Mortos abandonados nas ruas e nas casas, milhares, que sequer puderam ser velados pelos seus familiares, mortos que não têm onde serem enterrados, milhares que morreram, sem aparecer em nenhuma estatística, e que só saberemos quando tudo isso acabar. Acabará? Nos Estados Unidos, morrem mais negros e latinos, simplesmente porque são os mais pobres e desprotegidos. São milhares que não são atendidos, porque os sistemas de saúde estão entupidos, desmantelados, durante décadas de abandono, privatizados, e destruído o sistema público de saúde. Milhares que sequer recorrem aos sistemas de saúde, porque não têm como pagar, ou porque temem ser deportados, se se apresentarem em algum hospital. Milhares preferem se expor ao contágio, porque, se não trabalham no dia a dia, não têm o que comer. Milhares de aposentados, que são considerados descartáveis, são orientados a não procurar hospitais, porque vão morrer de todo jeito. Já decidiram que devem morrer para “salvar” aos mais aptos, os mais jovens ... (que lembranças evoca esta bestialidade?). Com todos esses aposentados que trabalharam a vida toda, e que agora morrem, vão embora seus conhecimentos, suas experiências, suas lutas, que atravessaram guerras, ditaduras, revoluções, tradições formadas em décadas, que não terminaram de influenciar as novas gerações.

A isso nos levou o capitalismo, nesta etapa final de apodrecimento, colapso e crise. A pandemia era prevista para um futuro próximo, porém, nem as potências souberam se preparar para enfrentá-la. A pandemia terminou potenciando todos os elementos da crise, numa escala inimaginável. Os recursos retirados do sistema público de saúde se destinaram ao parasitismo financeiro, para pagar juros das dívidas e promover

sistemas privados de saúde, para aqueles que podem pagar.

A barbárie está bem à vista. Com a crise de 2008/09, os mais ricos entre os ricos aumentaram seus ganhos, são mais ricos e pagam menos impostos. Os empresários mais poderosos procuram realizar novos negócios com a crise, comprando ações, bônus, empresas e propriedades desvalorizadas. Fecham suas fábricas, seus negócios, deixam de pagar os salários ou empurram para que o Estado pague. Quando ameaçados de falência, pedem aos governos salvação para suas empresas. Os governos destinam quantias monumentais, bilhões de dólares, para auxiliar os capitalistas. Os mais poderosos correm a se concentrar nos produtos mais procurados, e especular com os preços. Outros fazem negócios com os governos, vendendo a preços sobrevalorizados. Os capitalistas, em todos lugares, pressio-

A barbárie está bem à vista. Com a crise de 2008/09, os mais ricos entre os ricos aumentaram seus ganhos, são mais ricos e pagam menos impostos. Os empresários mais poderosos procuram realizar novos negócios com a crise, comprando ações, bônus, empresas e propriedades desvalorizadas. Fecham suas fábricas, seus negócios, deixam de pagar os salários ou empurram para que o Estado pague.

nam para que se retome o trabalho, sob qualquer condição, sem garantir a segurança dos trabalhadores, porque a fonte de sua riqueza é a produção de mercadorias, e isto não pode ser interrompido. Outros demitem massivamente, ou pagam uma parte do salário, ou em cómodas parcelas. Os mais poderosos disputam aparelhagens hospitalares, medicamentos, equipamentos de proteção individual em grande escala, oferecendo a preços mais altos, abandonando os que não podem pagar.

A OMC alerta que o coronavírus poderá provocar “a recessão mais profunda de nossa existência”. Prevê uma queda de até 32% no comércio global, neste ano. A América Latina e Europa também sofrerão perdas superiores a 30%. A ONU adverte que poderão perder-se 195 milhões de empregos no mundo, que se somarão aos mais de 200 milhões de desempregados. Há um mês, o organismo alertava sobre uma perda de 25 mi-

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



lhões de postos de trabalho. Calcula que, hoje, 81% da força de trabalho global está afetada por medidas de confinamento total ou parcial. Desse total, 1,25 bilhão corresponde a setores como hotelaria, gastronomia, indústria e comércio de vendas no varejo. Nos Estados Unidos, em apenas três semanas, houve um aumento de 17 milhões de novos desempregados, atingindo o nível da crise de 1929. O FMI afirma que estamos diante da “pior queda econômica, desde a grande depressão de 1929”.

Muitos afirmam que se deverá criar uma nova ordem. Que o capitalismo já está esgotado. Que as políticas neoliberais nos levaram ao precipício. Que é necessário planejar a reconstrução da economia e da sociedade. Que já nada será igual. Mas, a maioria deles tem a ilusão de que os mesmos que nos levaram à ruína têm o poder de se auto transformar. Diante da evidência do desastre, poderão mudar o rumo e endireitar a sociedade. Acreditam que fazendo bons diagnósticos, acerca da gravidade da crise, seja suficiente. Fazem apelos morais, pedindo “que se deem conta e mudem”. Acreditam que o FMI e o BM, agora, são diferentes, e que os bancos serão compreensivos... Mas, não dizem que para transformar a sociedade há que começar expulsando-os do poder.

Estamos atravessando uma época de profunda crise, a burguesia é cada dia mais incapaz de sustentar a fachada das democracias burguesas. A tendência em todo mundo é de direitação da burguesia, dos seus regimes políticos, diante da incapacidade de resolver os menores problemas da sociedade, e conter a rebelião das massas.

Florescem as tendências chauvinistas. Os países imperialistas fecham suas fronteiras, e procuram derrubar as dos demais, para introduzir seus excedentes de mercadorias. A unidade europeia é intensamente questionada pelo “salve-se quem puder” e, aqueles que não consigam, que se afundem. A Espanha e Itália pedem empréstimos milionários ao Banco Central, mas os receberão tardiamente, e a conta gotas. O coronavírus e o vírus do colapso capitalista não têm fronteiras, atravessam países e continentes. As fronteiras nacionais aparecem como outro obstáculo à livre expansão das forças produtivas. Essas fronteiras só serão varridas quando a classe operária conquistar o poder, e constituir uma verdadeira unidade (nesse caso, os Estados Unidos Socialistas da Europa).

Não há outra saída para a humanidade, que não seja resolver a principal contradição que existe entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. A propriedade privada dos grandes meios de produção é o obstáculo para que as forças produtivas se destravem, e sejam colocadas a serviço de toda a sociedade, em escala mundial. Os bancos controlam as dívidas gigantescas dos governos, das corporações e das pessoas, que asfixia toda a sociedade. A gigantesca concentração da propriedade em mãos de um punhado cada vez menor de grandes capitalistas é o maior problema.

A tarefa não poderá ser resolvida por aqueles que detêm o poder, mas sim contra eles. Não poderá ser resolvida por meio do Congresso, leis, mesas de negociação, consensos ou constituintes. O caminho é o que a humanidade conhece há tempos – a revolução social, dirigida pela classe operária, a

única classe que não tem vínculos com a propriedade privada. Uma verdadeira revolução popular, protagonizada pela maioria oprimida. A tarefa é a de expropriar os grandes meios de produção, transformando-os em propriedade social (de todos em geral, e de ninguém em particular). Poremos fim, assim, à ditadura do capital, encerrando a pré-história da humanidade, para instaurar a ditadura do proletariado, o governo operário-camponês, alcançando pela primeira vez a democracia, nos auto governando. Por essa via, começaremos a construir o socialismo. Planificando a economia, acabando com o caos e a anarquia capitalista, que ameaça destruir o planeta.

As direções burocráticas dos sindicatos, em toda parte, se submeteram às ordens dos governos capitalistas, permitindo que impusessem todas as medidas dos patrões e seus

governos, que agravam dramaticamente as condições de vida e de trabalho. A classe operária sofre, por não contar com sindicatos e centrais que defendam seus interesses, e por não ter resolvido a construção de sua direção política, revolucionária, seu partido.

Temos de nos preparar em cada lugar de trabalho e em cada bairro, para tomar as medidas necessárias. Os capi-

talistas estão desesperados para colocar em funcionamento a roda da produção e o comércio. Pouco ou nada lhes interessa nossas vidas.

Para impor essas medidas, temos de confiar exclusivamente em nossa organização, nossa unidade e nossos métodos de luta, e impor nossa própria política:

- *O plano de emergência que devemos impor começa com a estatização de todo o sistema de saúde, num único, universal e gratuito, para todos, incorporando laboratórios e fábricas que proveem equipamentos e insumos para o sistema. Incorporando as obras sociais, os convênios, as clínicas, etc.*
- *Impedir demissões e suspensões. A defesa dos empregos é essencial. Todas as horas de trabalho devem ser distribuídas entre todos os trabalhadores, sem redução de salários. Basta de trabalho precarizado e informal. Nenhum trabalhador desempregado!*
- *Imediato plano de obras públicas, que comece pela construção de hospitais, escolas e moradias.*
- *Nenhuma redução salarial. Salário e aposentadorias mínimos equivalentes ao custo de vida.*
- *Garantir a distribuição gratuita de alimentos, remédios e artigos de higiene para toda a população.*
- *Suspender o pagamento de aluguéis e impostos; garantir a gratuidade e o acesso a todos os serviços: energia, água, gás, telefone, internet, etc.*
- *Concentrar os recursos nas mãos do Estado, expropriando os latifundiários, recuperando a propriedade dos hidrocarbonetos, minerais e empresas estratégicas, para planificar a economia em função das necessidades da vida e da saúde humana, e não do lucro capitalista.*
- *Estatização do sistema financeiro e do comércio exterior.*
- *Desconhecimento e não pagamento da dívida externa dos países semicoloniais.*

(Jornal Massas nº 367, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Argentina**Em meio à pior crise econômica e social, governo confirma que quer pagar a dívida externa**

A apresentação da proposta na quinta-feira, 16, foi dirigida aos credores, e também à sociedade, apresentando-se junto aos governadores opositores e os setores que integram o governo, dando a ideia de unidade nacional, que, diante da pandemia e da dívida, “estamos todos unidos”. Que não há outra saída, a não ser a oferecida pela burguesia.

O governo iniciou sua gestão colocando o pagamento da dívida externa como prioridade, e todas as medidas econômicas foram orientadas por esse objetivo, respeitando as diretrizes gerais do FMI. Todos os compromissos da dívida com o exterior, até hoje, foram cumpridos, pagando, apesar das fracas reservas do Banco Central.

Essa política entrou em crise, porque ficou claro que a economia não havia saído da recessão. Foi agravada pelo coronavírus, e pelas medidas excepcionais que deveriam ter adotadas.

Todos sabem que a dívida é uma gigantesca fraude contra nação, que toda a dívida tomada, a taxas muito altas, era para fazer a trama financeira e evadir divisas. Nenhum empréstimo foi tomado para realizar obras. É tudo especulação, só parasitismo. Toda a dívida externa deve ser desconhecida e não paga, que os dólares gerados pela economia sejam usados para o seu desenvolvimento, agora e sempre.

A dívida que está sendo negociada é apenas uma parte da dívida externa, principalmente com fundos de investimento, NÃO inclui a dívida com o FMI. Dívidas em dólares ou outras moedas, com credores privados, no valor total de US\$ 90 bilhões. E, desse total, pouco mais de US\$ 66 bilhões foram emitidos sob a legislação internacional. Este é o montante sobre o qual a negociação está sendo apresentada.

O essencial na apresentação do governo é confirmar que quer pagar a dívida externa, que quer evitar a falência. É por isso que a resposta imediata dos “mercados” foi o aumento do preço dos bônus e ações na Bolsa de Valores. Os bônus que se cotizam hoje, entre 25% e 30% de seu valor nominal, subiriam para 35%/40%.

Por que fazer essa proposta neste momento, em meio à crise mundial? Para evitar pagar os próximos vencimentos. Se não pagasse, a dívida seria formalmente declarada inadimplente. Assim, se os credores rechassem a oferta do governo, e o governo não pagasse, igualmente seria considerada inadimplente, mas com a “vantagem” jurídica de que se tentou evitar, oferecendo uma forma de pagamento. São artimanhas legais, que não podem esconder o essencial: que se pretende pagar uma dívida fraudulenta.

É uma farsa falar sobre uma quitação de 60% da dívida, quando a oferta melhora o valor atual dos bônus, e o capital só será afetado por uma quitação média de 5%. Os bônus da dívida já estão fortemente desvalorizados. O governo não informa o quanto os credores cobraram sobre os bônus, que hoje

pretendem refinar. Suspeitamos que não há perda real, apenas um lucro abaixo do esperado. É uma farsa falar em “quitar” a dívida, quando se sabe que a dívida foi um artifício dos parasitas, para especular e evadir divisas. De que quitação falam? Se o governo vai acabar reconhecendo e pagando uma dívida que não corresponde?

O que estão propondo? Uma miserável quitação de 5% do capital. Os credores ficaram surpresos, porque esperavam uma quitação maior, e 4 anos de carência, em vez dos 3 anos, como propõe o governo. Isso significa que durante 3 anos não haveria pagamentos, postergando o início dos pagamentos para 2023.

O aspecto importante aponta para reduzir a taxa de juro extraordinária, com a qual essas dívidas foram acordadas. Os novos títulos estabelecem novos vencimentos, entre 2030 e 2047.

Os credores pressionam para que a taxa de juros seja mais alta, e os prazos dos bônus aceitável. Pressionam para saber como o governo vai pagar esses bônus. Perguntam qual é o plano econômico, quais ajustes serão feitos para garantir, no futuro, que esses títulos sejam pagos, qual é o acordo com o FMI, etc.?



**Boletim do
Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - Novembro 2020 - R\$ 5,00

**IV Conferência do
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

TESES, RESOLUÇÕES E DOCUMENTOS

Índice - Teses sobre a situação política mundial e da América Latina - *página 3* / Balanço da recente queda do governo de Evo Morales - *página 10* / Resolução sobre o Chile - *página 18* / Resolução sobre a Colômbia - *página 19* / Teses sobre o centrismo - *página 21* / Resolução sobre a opressão da mulher - *página 23*

**NOSSA TAREFA HISTÓRICA – Reconstruir o Partido
Mundial da Revolução Socialista**

Viva a IV Conferência do CERQUI!

Todos os meios de comunicação, sob controle do capital financeiro, anunciam que, se o governo não melhorar a oferta, ela será rejeitada, e colocará o país novamente em quebra. Todos também vêm fazendo campanha em favor dos credores, e contra a aplicação de um imposto sobre grandes fortunas.

O jornal La Nación diz: “Uma falência virtual nos desligaria do mundo.” “A Agenda do Governo é, ou deveria ser, para evitar a falência”. Diz o Clarín em sua capa: “Os analistas de Wall Street acreditam que o governo terá de fazer alguma concessão, se quiser evitar a rejeição dos credores”. O país está em inadimplência real, desde o início de 2018, quando nenhum banco quis emprestar um dólar a mais a Macri, e teve de chamar o FMI para que o socorresse.

Por que tanto interesse de todas as frações da burguesia em que se reconheça e pague a dívida? Porque eles precisam que, em algum momento, o país recupere a capacidade de se endivi-

queza que teria sido suficiente, por exemplo, para desenvolver Vaca Muerta, sem a interferência de qualquer multinacional petrolífera, e muito mais. Acabou pagando-se mais do que se devia, em 2001. Pelo caminho de Alberto Fernández, chegaremos ao mesmo lugar.

Certamente, são os abutres de sempre, que não querem nenhuma negociação, que compram os bônus baratos, e esperam que o governo deixe de cumprir algum compromisso, para iniciar uma ação judicial, e cobrar 100 por aquilo que compraram por 25.

O governo ainda não diz o que vai fazer com a retomada do endividamento, que tem um grande peso, e também gera um fardo extraordinário de juros. Diz que vai tentar desdolarizar todas as dívidas no futuro, e que o Estado se financie em pesos. Mas, isso não resolve o problema. É, certamente, melhor,

se não se usarem dólares para pagar dívidas, mas o problema continua sendo a especulação e parasitismo do sistema bancário privado. Países com alto índice de endividamento em sua moeda – como o Brasil – têm um problema semelhante, porque os juros dessa dívida representam uma parte extraordinária de seu orçamento.

Somente a classe operária tem uma política de defesa da soberania nacional, de defesa do interesse da maioria oprimida. É a única classe que não tem li-

gações com a propriedade privada. A única decisão soberana é desconhecer a dívida externa e todos os acordos com o FMI, que é cúmplice do endividamento monumental. O caminho é estatizar os bancos e o comércio exterior, para acabar com todo o tipo de especulação, para destinar todos os recursos da economia para o seu desenvolvimento. Para impor essa condição, a classe operária deve independizar-se politicamente, construir seu partido revolucionário, recuperar os sindicatos e aplicar seus próprios métodos de luta para derrubar do poder a burguesia parasitária.

A pandemia desnudou a extraordinária crise econômica e política a que chegou o capitalismo, colocando-nos diante do abismo da barbárie. É hora de compreender que temos de acabar com esse regime, com a grande propriedade privada dos meios de produção, para começar a reordenar a sociedade em outras bases, socialistas.

(Extraído do Massas, nº 368, órgão do Partido Revolucionário da Argentina)

Somente a classe operária tem uma política de defesa da soberania nacional, de defesa do interesse da maioria oprimida. É a única classe que não tem ligações com a propriedade privada. A única decisão soberana é desconhecer a dívida externa e todos os acordos com o FMI, que é cúmplice do endividamento monumental. O caminho é estatizar os bancos e o comércio exterior, para acabar com todo o tipo de especulação, para destinar todos os recursos da economia para o seu desenvolvimento.

dar, para que os dólares apareçam para comprá-los e evadi-los do sistema, como é seu costume. Porque as grandes empresas tomam empréstimos do exterior e, se a Argentina não regularizar, não conseguirão empréstimos, ou não conseguirão pagar as altíssimas taxas de juros.

O governo não está defendendo o interesse nacional. Está defendendo o interesse das grandes corporações, dos bancos, o que gera atritos com um setor do capital financeiro. Não deixemos que nos enganem. Que os setores mais recalcitrantes do capital financeiro critiquem a política do governo ou esta oferta, não significa que estejam defendendo nosso interesse. Está claro que não há como pagar a dívida tal como foi contratada, é absolutamente impagável. Também está claro que a margem para fazer mais ajustes, para poder pagar a dívida, é inviável. O que se negocia, portanto, é como pagar, enquanto haja excedentes que tornam possível.

Assim fez o kirchernismo. Se, com Macri, evadiram US\$ 100 bilhões, sob os governos kirchneristas, evadiram US\$ 200 bilhões, para pagamento de capital e juros. Uma massa de ri-



Comité de Enlace para a Reconstrução da IV Internacional

Partido do Trabalho do Chile para a Reconstrução da IV Internacional
Banco em Portugal: agosto de 2019 - R\$ 5,30

Agrava-se a crise mundial do capitalismo

Somente o proletariado pode encarnar o programa da revolução socialista

Em resposta à guerra comercial e às contrarreformas impostas pela burguesia, desenvolver as tendências de luta dos explorados, com suas reivindicações, método da ação direta e organização independente

Leia o Boletim Internacional do Comité de Enlace

A edição nº 27, agosto, analisa o avanço da crise mundial e seus reflexos na América Latina. O Boletim é um instrumento voltado à reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



EUA: Epicentro da Crise Sanitária e Econômica

A maior potência econômica mundial é o centro da crise econômica, e se tornou o centro da crise sanitária. No dia 7 de abril, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou uma projeção que indicava a redução, no segundo trimestre de 2020, de 6,7% das horas de trabalho globais, o equivalente a 195 milhões de jornadas de trabalho. Essa mesma organização estimou, à época, que, somente no primeiro trimestre deste ano, haveria um aumento de 30 milhões de desempregados no mundo, maior, portanto, do que na crise de 2008, quando desempregou cerca de 25 milhões. Nove dias depois, os Estados Unidos anunciaram que, em apenas um mês, 22 milhões de pessoas haviam solicitado o auxílio desemprego, praticamente o mesmo número de empregos gerados desde 2008.

Como se vê, a projeção da OIT está muito aquém dos números reais, mas permitem ter uma dimensão da magnitude incomparável dessa crise, e seus desdobramentos sobre os Estados Unidos. O banco da Reserva Federal de St. Louis estima que 67 milhões trabalham em setores sob alto risco de sofrer layoffs, e que 47 milhões de empregos poderão ser perdidos. Estima-se, também, que a taxa de desemprego chegue a 32%, superando a marca histórica de 25%, alcançada na crise de 1929. Além disso, chama a atenção o barril do petróleo comercializado nos EUA (WTI) ter alcançado a desvalorização recorde de 306% na bolsa de Nova York, passando a ser comercializado a US\$ 37 negativos.

O FMI projeta uma retração do PIB mundial de 3%, no ano de 2020 (superior aos 1,7% de 2009, segundo o Banco Mundial), e trata a crise como algo passageiro, anunciando potencial “recuperação”, com crescimento do PIB de 5,8%, no ano de 2021. De fato, é possível que o PIB mundial cresça após uma queda acentuada, trata-se de uma tendência já observada. Um aumento superior a 4% em 2010 seguiu, por exemplo, a retração de 2009. Trata-se, no entanto, de crescimento em cima de escombros de economias, principalmente dos EUA, mas também da Europa e China.

Caso se confirme a retomada, não haverá, porém, recuperação na condição de vida e trabalho dos explorados. O número massivo de desempregados, gerado pela crise, rebaixará o valor da força de trabalho, e tem potencial para facilitar o afrouxamento, ou mesmo a supressão, das regulamentações trabalhistas ainda existentes. O capitalismo, que já não é mais capaz de ampliar suas forças produtivas em sua fase de decomposição, fará a “recuperação econômica” por meio do ataque direto aos explorados.

A redução brusca dos índices de produção industrial de vários países indica a paralisação e, em alguns casos, destruição de forças produtivas, em decorrência da crise econômica, acelerada pelas medidas de isolamento social. Com o fim da pandemia, a tendência é a reposição de parte das dezenas de milhões de empregos perdidos, como expressão da reconstituição das forças produtivas antes paralisadas ou destruídas. Tais empregos, porém, serão repostos em uma condição qualitativamente inferior à anterior, e, evidenciarão o avanço da barbárie e do saque aberto aos explorados.

Observa-se que o impacto será maior sobre a juventude oprimida, negros e latinos. As faixas etárias de 16 a 19, e de 20 a 24 anos, foram as que tiveram o maior aumento em pontos percentuais do número de desempregados nos EUA. Ao todo, os índices de

desemprego para essas duas faixas etárias foram respectivamente de: 14,3% e 8,7%, apenas em março. Para esse mesmo mês, cerca de 1,6% dos latinos passaram a integrar a estatística dos desempregados, em contraste com o acréscimo de 0,9% da população como um todo. A taxa de desempregados dentre a população negra se manteve em 6,7%, significativamente superior aos 4% da população branca. Sendo esses dados referentes ao mês passado, certamente o quadro atual é ainda mais crítico.

Além das grandes proporções da crise econômica, os Estados Unidos também vêm sendo abatidos enormemente pela crise sanitária, onde, disparado, é o país com maior número de contaminados e de óbitos pelo novo vírus. Dentre os mortos, novamente segue em maior acometimento a população mais oprimida: negros e latinos. Num país, cujo atendimento médico é praticamente privatizado, sendo financiado pelo governo federal a uma ultraminoria, e restrito, quase que exclusivamente, a atendimentos ambulatoriais, a pandemia do capitalismo enterra mais o contingente que não pode pagar pelos serviços médicos.

O alto desenvolvimento das forças produtivas, como a dos Estados Unidos, não pode ser convertido em proteção à vida das dezenas de milhares de trabalhadores, que enfrentam a dor da morte, seja pela doença, seja pela miséria e fome. A força de trabalho é mais exaurida, pesa sobre seus ombros a maior expropriação e opressão, impostas pelo capital financeiro. É na maior economia do mundo onde estão mais latentes as contradições sociais e econômicas do capitalismo.

Em meio à incapacidade da burguesia norte-americana de controlar a disseminação de um vírus, expõe-se o retrocesso causado pelo capitalismo, em sua fase de decomposição. Isso porque o homem é fruto da natureza, mas o é na condição de quem a domina, no entanto, entranhado nas relações de produção. Com base na exploração da força de trabalho, o homem volta à frágil condição de vulnerável às vicissitudes da natureza.

Os enormes avanços tecnológicos, as “maravilhas” da sabedoria humana no campo científico, genético, fármaco químico, as gerações mais modernas de aparelhagem hospitalar, não podem servir para conter a fúria de um novo vírus, não podem servir para o controle da virulenta manifestação da natureza, porque a exploração e o lucro colocam entre o homem e a natureza. É assim que os laboratórios reclamam suas patentes, e não disponibilizam informação para a criação de vacina. É assim que um leito e um simples respirador mecânico viram artigo de leilão: leva quem pagar mais. É assim que, em baús frigoríficos, se empilham corpos dos miseráveis, posteriormente despachados em valas comuns.

No capitalismo, em sua fase última, estão decompostas as condições do homem manter milênios de seu próprio desenvolvimento. O homem alcançou o estágio de controle da natureza por meio do trabalho. Nesse processo, se transformou e formou a si mesmo, e nesse fenômeno, transformou as relações sociais de exploração e opressão no maior bloqueio à manutenção do desenvolvimento humano e social, com base na não aplicação generalizada das forças produtivas existentes, e, principalmente, com base no não avanço em seu desenvolvimento, que apenas se dará quando a produção e sua apropriação forem coletivas.

Até esse momento, a humanidade está sujeita às diferentes e entrelaçadas crises. A saída ensaiada pela burguesia não fará mais que arquitetar e postergar uma crise ainda maior e mais intensa. A burguesia poderá, em algum momento, encontrar a vacina para a pandemia, mas não virá dela a solução definitiva para essa so-

cidade enferma. Não há solução sob o reino da anarquia da produção, que, inevitavelmente, manterá o ritmo da superprodução. Somente a classe operária, dirigindo a maioria oprimida, poderá libertar as forças produtivas e proporcionar a libertação da humanidade, por meio da revolução social.

Nota POR Brasil

Sanção de Trump à OMS Responder à prepotência dos Estados Unidos com a frente única anti-imperialista

16 de abril de 2020

A suspensão de US\$ 400 milhões à Organização Mundial da Saúde (OMS) tumultuou o já conturbado conflito interimperialista. A União Europeia (UE), China e Rússia criticaram, cada um a seu modo, o cumprimento da ameaça feita pelo governo norte-americano há alguns dias atrás. Em particular, a China assinalou que a suspensão da contribuição dos Estados Unidos, não apenas “reduz a capacidade da OMS”, mas também “mina a cooperação internacional contra a epidemia”. O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, foi diplomático, “lamentando a decisão”, pedindo união “contra uma ameaça comum”. Menos veludoso, o editor-chefe da revista médica Lancet conclamou: *“Todo cientista, todo profissional de saúde, todo cidadão deve resistir e se rebelar contra essa escandalosa falta de solidariedade global”*. Não faltaram críticas de personalidades norte-americanas, como a do diretor do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, dos EUA.

Trump, no entanto, contou como aliado o vice-primeiro Ministro do Japão, Taro Aso, que afrontou a OMS, acusando-a de ser uma “Organização da saúde da China”. Segundo informações, os descontentes com a orientação política de Tedros já colheram cerca de 1 milhão de assinaturas online, pedindo a renúncia do diretor-geral da OMS. Trump e Japão denunciaram a OMS por proteger a China, como se esta tivesse ocultado dados da epidemia, no momento em que eclodiu o coronavírus em Wuhan. Trump acusou a OMS de se ter atrasado em declarar o surto do covid-19 na China como pandêmico. No fundo da denúncia, está o objetivo de Trump de responsabilizar a China pela proliferação do coronavírus em todo o mundo. Em outras palavras, Trump potencia a guerra comercial, sob a cobertura da pandemia.

A divisão interburguesa internacional, com suas versões nacionais, passou e passa pela forma como se deveria realizar o isolamento social. A OMS instituiu o confinamento geral, contrariando a posição do governo norte-americano. Trump esboçou uma resistência, desprezando a morbididade da pandemia. Não demorou a mudar de opinião, diante da avassaladora infecção e morte de americanos. Confirmou-se o prognóstico da OMS, de que os Estados Unidos seriam o epicentro da pandemia. Isso do ponto de vista da crise sanitária. O outro lado da medalha é a de que recolocaria a maior potência no centro da crise econômica mundial.

Trump, de uma hora para outra, se viu diante de 16 milhões de trabalhadores, em apenas três semanas de março, buscando o auxílio desemprego. Estima-se que as demissões, em abril, superarão 20 milhões de americanos. De uma taxa de 3,5% da força de trabalho desempregada, possivelmente, se chegará a 15%. Analistas afirmam que é a mais veloz onda de demissões, desde 1948,

já que, em uma semana, 6,6 milhões de postos de trabalho foram fechados. Parece realista a previsão de que os Estados Unidos despençarão, de um crescimento de 2,3%, para menos de 4% a 5%. O Banco Central (Federal Reserve) dispôs US\$ 2 trilhões para crédito e compra de títulos. Outros US\$ 2 trilhões serão manejados pelo Tesouro Nacional, com a aprovação do Congresso.

Tudo indica que a economia mundial entrará em recessão, caindo 3%, em 2020. A China, segundo o FMI, sofrerá um baque brutal, terá um crescimento positivo de apenas 1,2%. A União Europeia, que esperava crescer 1,4%, sofrerá uma queda de 1%. E a América Latina, também segundo o Banco Mundial, se verá diante do crescimento negativo de 4,6%. Embora essas estimativas possam ser modificadas, é inevitável uma profunda recessão global.

É nesse marco que Trump sente o peso político de milhares de contaminados e mortos. Nesse momento, são 676.676 e 34.784, respectivamente. É bem conhecida a gravidade da ausência de um sistema público de saúde, de um lado, e a selvagem mercantilização promovida pelo seu sistema privado. A pandemia escancarou a ausência de proteção elementar aos pobres e miseráveis. A mortandade vem recaindo sobre negros e imigrantes. A barbárie capitalista é estampada, sem retoques, na nação mais rica e poderosa do planeta.

Trump foi forçado a ajustar seu governo à diretriz da OMS. Esse acontecimento expôs a perda do controle sobre esse organismo da ONU pelos Estados Unidos. O imperialismo hegemônico exige que todas as instituições internacionais estejam alinhadas às suas determinações. Como maior financiador, os Estados Unidos não toleram orientações que passem por fora de seu controle. O governo de Trump, surpreendido pela rapidez com a pandemia se alastrou no território americano, culpabilizou a China. A OMS teria sido cúmplice do governo chinês, ao ocultar o fato na sua origem. Tudo indica que o conflito não se limita à China. A orientação da OMS de recorrer ao isolamento social geral, como o único recurso disponível, foi influenciada pelos países europeus, que foram os primeiros a sentirem o impacto da pandemia. A atitude inicial de Trump, de desconsiderar a gravidade da transmissão do vírus, indica que não estava de acordo com as diretrizes da OMS.

É compreensível que, no Brasil, o presidente Bolsonaro tenha afirmado, inicialmente, que o coronavírus não passava de uma “gripezinha”. E que tenha se colocado contra a orientação da OMS. O governo brasileiro, seguindo os passos de Trump, atacou a China, por meio do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. De forma grosseira, mas franca, Bolsonaro advogou a posição de que, entre morrer pessoas acometidas pelo coronavírus, e manter

a economia funcionando, a segunda opção era a mais correta. Certamente, não só o governo norte-americano, mas outros governos, como o do Japão, se apoiaram e se apoiam nessa disjuntiva.

Trump resolveu atacar materialmente a OMS, no momento em que o isolamento social e o fechamento de fronteiras provocavam paralisia econômica e demissão em massa. Situação em que a orientação da OMS se tornava insustentável, embora a pandemia não tivesse sido controlada. As forças econômicas não têm como ser, em boa parte, paralisadas por muitos dias. Pressionada, a própria OMS passou a admitir casos em que se aplicaria o isolamento seletivo. Nenhuma instituição internacional e nenhum governo sabe o que vai acontecer no dia de amanhã, com o retorno à normalidade econômica e social. O que indica que alguns países começam a flexibilizar o distanciamento social, enquanto outros prorrogam a quarentena. Os estragos na economia e nos empregos estão sendo avaliados, com maior ou menor precisão. As pressões dos Estados Unidos sobre a OMS sinalizam o horizonte da guerra comercial mais encarniçada entre as potências, tendo como norte a dos Estados Unidos com a China. Os países de economia atrasada, semicoloniais, serão ainda mais afetados pelo saque imperialista.

A suspensão da verba norte-americana à OMS empalidece, se comparada com outras arbitrariedades e com a prepotência dos Estados Unidos. O cerco econômico à Venezuela, Cuba e Irã é o mais verdadeiro “crime de humanidade”. Os Estados Unidos chegaram ao ponto de embargar materiais médico-hospitalares a Cuba, enviados pela China. Esses exemplos evidenciam o imperativo da maior potência sobre a pandemia. Nem mesmo numa situação de crise sanitária universal, Trump permitiu um afrouxamento nas medidas econômico-financeiras, que empurram países inteiros à desintegração. Em pleno horror causado pelo coronavírus, Trump pôs a prêmio a cabeça das principais figuras do governo venezuelano, acusadas, sem provas, de narcotraficantes. O imperialismo ianque espera criar as condições internas e internacionais para intervir militarmente nesses países.

Na base desses conflitos estão as leis históricas e econômicas, que vêm decompondo o capitalismo e potenciando a barbárie social. Não por acaso, o parâmetro comparativo da crise instaurada sob a pandemia tem sido a Grande Depressão, que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. O fechamento massivo de postos de trabalho em todo o mundo, e o aumento exponencial do desemprego refletem o bloqueio das forças produtivas, submetidas às relações monopolistas de produção e à supremacia do capital financeiro, bem como à sua compressão pelas fronteiras nacionais. É sintomática a desagregação da União Europeia e a recomposição de obstáculos levantados pelas fronteiras nacionais, que pareciam ter sido removidos, ao ponto de elas caminharem para o seu desaparecimento definitivo.

A substituição da diretriz do multilateralismo do governo Obama pelo unilateralismo de Trump refletiu, em grande magnitude, essas contradições, ao ponto de Trump lançar a bandeira de guerra comercial. As pressões do governo republicano sobre a OMS são parte das dirigidas à ONU, OMC, OTAN, etc. Trazem intrinsecamente a escalada bélica, que mal se oculta sob a sombra da crise pandêmica. É bom lembrar que, pouco antes, Trump ordenou um ataque militar a autoridades do Irã e Iraque, consi-

deradas terroristas. Esse curso não foi interrompido, apenas submergiu momentaneamente. Será retomado em uma situação mais explosiva, desde a crise mundial de 2008-2009.

Não se pode esconder que a OMS, por ser um organismo da ONU, expressa a política do imperialismo, que a utiliza como instrumento de penetração nos países de economia atrasada, principalmente nos mais pobres e miseráveis. Acabará se ajustando às exigências dos Estados Unidos, que pretendem reformá-lo, segundo as intenções de Trump. Não será surpresa se a OMS se sujeitar à guerra comercial dos Estados Unidos com a China. A importância do conflito está em que evidencia o próprio declínio da potência norte-americana. O que impulsiona as tendências bélicas do imperialismo.



Não se pode esconder que a OMS, por ser um organismo da ONU, expressa a política do imperialismo, que a utiliza como instrumento de penetração nos países de economia atrasada, principalmente nos mais pobres e miseráveis. Acabará se ajustando às exigências dos Estados Unidos, que pretendem reformá-lo, segundo as intenções de Trump.

A experiência está mostrando que o isolamento social compareceu como o único recurso utilizado pelos governos para diminuir a força destruidora da pandemia. Seu alcance é limitado pelas condições econômicas e sociais de cada país. O dilema entre proteger vidas e destruir a economia emerge das contradições da sociedade de classes, e do capitalismo em decomposição. De qualquer maneira, são os explorados, as principais vítimas das crises sanitária e econômica combinadas.

A pandemia se alimenta da pobreza e miséria das massas, embora atinja todas as classes sociais. A imensa maioria não tem como se proteger da letalidade do vírus e das consequências econômicas do capitalismo em declínio. Suas vidas estão nas mãos dos capitalistas e dos governos que os servem. Dependem, portanto, da lucratividade de seus escravizadores. A falência da saúde pública, o predomínio da saúde privada e o monopólio da indústria químico-farmacêutica favorecem a alta letalidade da pandemia, que recai sobre os pobres e miseráveis. Há recursos econômicos e científicos em abundância, mas que não podem ser utilizados em favor das massas. Restringem-se à minoria burguesa e à camada alta da classe média. Em toda a parte, se assistem os ricos se socorrendo dos caros tratamentos privados, e os pobres infectados dependendo de uma vaga nos hospitais públicos, via de regra sucateados. O testemunho de médicos e enfermeiros, sobre o drama de ter de escolher quem vive e quem morre, espelha a que ponto chegou a barbárie capitalista.

O proletariado – acuado pela contaminação, e desorganizado pela política de conciliação de classes de suas direções sindicais

e políticas ● ficou e está imobilizado. Esse é o problema fundamental do momento. Não pôde identificar a incapacidade da burguesia em proteger os explorados, e agir diante das nefastas consequências das crises sanitária e econômica. Não sabemos se poderá reagir imediatamente, assim que retornar à produção. As demissões e o desemprego vão ser usados pelos capitalistas para obstaculizar as lutas. A vanguarda com consciência de classe tem de redobrar seus esforços para mostrar o caminho da luta contra as demissões, desemprego, subemprego, miséria e fome. Terá a seu favor as evidências de que a política de conciliação de classes é a principal responsável pela desorganização do proletariado, jus-

tamente quando mais precisava da ação coletiva.

O plano de emergência próprio dos explorados é a base sobre a qual a classe operária se erguerá contra a burguesia e seu Estado. A luta pela constituição de uma frente única anti-imperialista se imporá imediatamente. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de fazer um balanço sobre a crise de direção revolucionária e se colocar pela reconstituição do Partido Mundial da Revolução Socialista. Essa tarefa irá se materializando, na medida em que a classe operária se rebelar instintivamente e identificar em seu seio o programa da revolução proletária, encarnado pela vanguarda marxista-leninista-trotskista.

A crise econômica, potenciada pela crise sanitária, dá lugar à nova etapa da guerra comercial

As potências imperialistas e países semicoloniais, com maior ou menor ritmo e intensidade, começam a romper o isolamento social, orientado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O governo Trump, que não tinha acatado completamente suas diretrizes, agora, comparece como parâmetro mundial para a retomada das atividades econômicas.

A Europa segue o mesmo caminho. A França manterá as restrições até 11 de maio, data em que as atividades deverão ser retomadas progressivamente, incluindo creches e escolas. A Alemanha anunciou a abertura de parte do comércio; as escolas começarão gradativamente a partir 4 de maio. Na Espanha e Dinamarca, os serviços “não essenciais” voltaram a funcionar. Na Noruega, no dia 27 de abril, voltarão a funcionar escolas, creches e universidades (únicas atividades fechadas, uma vez que não houve confinamento total). Voltarão também a trabalhar os profissionais autônomos e pequenos comerciantes.

Na Ásia, a China tinha desmontado a quarentena e retomado as atividades econômicas, ainda que com restrições e controle estatal dos contagiados. A Índia retoma o trabalho agrícola, transportes, construção civil, comércio e indústria. No Irã, aprovou-se a reabertura de serviços “não essenciais”, e pequenos comércios, com acesso direto às ruas. No Japão, entretanto, realiza-se um caminho inverso. O primeiro-ministro, Shinzo Abe, recusou, no começo, a implementar as medidas restritivas, evitando “prejudicar a economia”, afetada pela recessão antes da pandemia. Com o crescimento dos contágios, aplicou o confinamento, e reforçou medidas de quarentena.

A América Latina segue as movimentações das potências. No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro, desde o início, se colocou contra o completo isolamento. Agora, as forças econômicas pressionam pela volta à “normalidade” do país. A indústria já se prepara para pôr as máquinas em funcionamento. No Chile, Piñera anunciou o retorno do funcionalismo, e das escolas e universidades, a partir de maio, bem como do pequeno e médio comércio. A Argentina avalia medidas semelhantes. Com particularidades, o mesmo se verifica no Peru, Equador, Colômbia, etc.

Leis econômicas se impõem

O principal motor da retomada das atividades são os Estados Unidos. Ocorre que, em poucas semanas, de quase pleno emprego, atingiu-se um recorde histórico de desemprego: 32%,

muito acima dos 25% dos anos da Grande Depressão de 1929. Se continuar a paralisia, o desemprego chegaria a 30%, e agravaria a inadimplência de um terço das hipotecas, muito acima do que ocorreu em 2008. O PIB cairá 5,9%, em 2020, e se prevê um colapso trimestral de -40%. O Banco Central adicionou US\$ 2 trilhões à sua carteira de empréstimos a empresas (subsídios, pagamento de créditos e salários, aquisição de ações, etc.), que corresponde ao mesmo valor dos quatro anos subsequentes à Grande Depressão. Esse quadro, por sua vez, pressiona o déficit orçamentário, que crescerá para US\$ 4 trilhões, o que não acontecia desde 1945.

É provável que a rápida redução da capacidade industrial, as quebras e o enorme desemprego empurraram Trump a se chocar com as diretrizes da OMS. Eis por que propõe um plano de reabertura total da economia até junho, seguindo as etapas: 1) reabrir vários serviços, ainda paralisados; 2) retomar as atividades de ensino e de creches.

Esse plano passou a ser usado na Europa. Na França, segundo o primeiro-ministro, Edouard Philippe, a imposição da retomada econômica se deu por razões objetivas – “*pior recessão nacional desde a Segunda Guerra Mundial*”. A Alemanha, por sua vez, padece do cenário interno mais grave desde pós-guerra: o desemprego atingirá 2,5 milhões (6%), a indústria terá sua pior queda dos últimos 30 anos (Daimler e Volkswagen fecharam parte de suas fábricas, e a produção se reduziu em 37%, apenas em março) e a demanda caiu em 30%. A Espanha sofrerá uma queda entre 7% e 13,5%, em 2020; 80% das empresas estão com atividades reduzidas, o desemprego pode chegar a 21%, o déficit, até 11%; e a dívida, a 122% do PIB. A Itália está completamente endividada; seu PIB poderá despencar em 35%. Estima-se que a recuperação europeia começará somente em 2022, mas muito abaixo do nível de 2019.

Na Ásia, a China retrocederá 6,5%, fundamentalmente impulsionada pela queda das vendas no varejo (-15,8%), e dos investimentos em capital fixo (-16,1%). No entanto, a produção industrial se mostrou ainda positiva, contraindo apenas 1,1%. O Japão teve uma queda de 3%. A Índia caiu 1,9%, e enfrenta uma crise de desemprego de proporções gigantescas: o isolamento atingiu a economia informal, que abarca 90% da mão-de-obra. O Irã assistiu a uma queda de -7,6% do PIB, no ano passado e, em 2020, chegará a -6%, acumulando -13,6%.

O fato de serem as maiores economias do mundo que impulsionam essas tendências mostra o quanto as leis econômicas forçam a ruptura do isolamento social. Pelo visto, ainda não foi al-

cançado o pico mundial dos contágios, prognosticados pela OMS. Os Estados Unidos, por encarnarem o capital mais concentrado e diversificado, mostraram que as forças produtivas não mais podiam ser contidas, e que não há como compatibilizar a medida científica do isolamento com a marcha dos negócios capitalistas.

Catástrofe capitalista

Há uma semana, todos os prognósticos mundiais convergiram à constatação: a recuperação da economia será lenta, e levará décadas para atingir os índices de produção anteriores. Segundo Antonio García Pascual, ex economista-chefe para a Europa do Barclays, praticamente nenhum país voltará em 2021 ao nível do PIB de 2019.

Está claro que os reflexos do isolamento, da restrição ao consumo e do brutal rebaixamento dos ganhos salariais pesarão sobre a economia. Segundo o economista-chefe do Deutsche Bank Securities, Torsten Slok, *“todos os ganhos do mercado de trabalho da última década foram perdidos”*. Para Paul Donovan, analista-chefe do UBS, por exemplo, um quarto do consumo europeu será destruído, e não se recuperará mais. Isso explica por que o “possível cenário” de recessão mundial, semelhante à Grande Depressão, deixou de ser uma ameaça, uma vez que empurra ao precipício a economia mundial. As massas sairão da crise sanitária mais pobres e miseráveis do que antes. Agravar-se-á assim o abismo entre a demanda e a oferta, produzindo novas crises e quebras. As contrarreformas, que já vinham sendo implantadas, não fazem senão potencializar as tendências recessivas, em escala mundial.

Desagregação da cooperação mundial

A OMS já não mais pode funcionar como um organismo “multilateral”: ou serve de instrumento direto do imperialismo, na guerra comercial com a China; ou então será esvaziado de recursos. Nenhum organismo internacional pode impor condições à maior potência imperialista, sem que se veja submetida a seus ataques. É o que se observa, por exemplo, com as regulações mundiais sobre produção de medicamentos e orientações das pesquisas farmacológicas. O capitalismo não permite nenhum controle internacional sobre o *que se produz e para que se produz*, que vise a elevar as condições de vida das massas. O que se produz está determinado pelos interesses e lucros monopolistas.

Na época das contrarreformas e de destruição de direitos, as medidas e conquistas mínimas de proteção da força de trabalho são desmontadas, em todos os países. Nessas condições, os organismos internacionais se mostram incapazes de regular determinadas relações mundiais, entre elas a sanitária. É o que explica o ataque de Trump à OMS. A guerra comercial contra China deu um salto à frente em 2017. O agravamento da crise em 2019, que se combinou com a explosão da pandemia, impulsionou a guerra comercial em andamento. A impotência da OMS em centralizar as ações sanitárias comuns, bem como a contestação de suas recomendações, pelos Estados Unidos, expõe as contradições acumuladas nas relações políticas e econômicas mundiais.

Nacional-imperialismo dá um salto à frente

No mesmo dia em que anunciava o ataque à OMS, Trump decidia pelo fechamento total, “por 60 dias”, da imigração aos EUA: é necessário “preservar” a força de trabalho nacional, disse. Na Europa, manter-se-ão também fechadas as fronteiras à passagem de imigrantes, e se manterão as restrições à circulação de merca-

dorias, dentro do Mercado Comum. Com as devidas particularidades nacionais, o mesmo se verifica na Ásia, América Latina e Oriente Médio.

O fechamento das fronteiras e elevação das barreiras alfandegárias estão em contradição com a retomada do crescimento mundial. O confinamento das forças produtivas nos marcos nacionais resulta em aumento das quebras em outros países. As nações mais poderosas, assim, descarregam a crise mundial sobre as nações mais débeis. O agravamento da guerra comercial advém, precisamente, do choque entre as forças produtivas mundializadas e as fronteiras nacionais.

O fato dos EUA, França, Inglaterra e Alemanha acusarem a OMS de servir de instrumento à “diplomacia chinesa” pôs à luz-do-dia que a permanência do isolamento social impulsionaria a crise nas potências imperialistas em níveis insuportáveis. Isso, quando a China havia relaxado suas restrições, e evitava uma queda maior do que estava tendo. A retomada econômica antecipada da China lhe colocaria na dianteira do comércio mundial. A previsão da economia chinesa crescer, até o fim do ano, em 2,5%, ainda que muito abaixo de seus índices históricos, se daria no quadro de brutal retrocesso das potências imperialistas.

O ataque de Trump à OMS demonstrou que a China não pode se valer de nenhum instrumento internacional do imperialismo, para reforçar sua influência mundial. Como assinalou Jean-Yves Le Drian, Ministro de relações exteriores da França, a China pretende *“fragmentar a UE”*, utilizando a pandemia *“como continuação, por outros meios, da luta entre as potências”*. Tudo indica que a guerra comercial recrudescerá, e com ela a escalada militar.

A luta do proletariado mundial

A combinação da crise sanitária e econômica impulsiona a decomposição mundial do capitalismo, em sua fase última de desenvolvimento, a imperialista. O que evidencia as condições objetivas para as revoluções proletárias. Não há outra via de combate à barbárie capitalista, senão a do socialismo. As massas, para se defenderem da destruição física, terão de vincular suas reivindicações mais elementares – empregos, salários e melhores condições trabalhistas – ao programa de expropriação da grande propriedade privada monopolista, e sua transformação em propriedade social, coletiva.

Está colocada, internacionalmente, a tarefa de aproveitar, desde já, o retorno do proletariado e demais oprimidos ao trabalho, exigindo que os sindicatos convoquem assembleias, para que os trabalhadores decidam sobre o programa emergencial de defesa de suas condições de existência, e os métodos para impô-lo à burguesia e seu Estado. Continuam, a favor da vanguarda, as tendências de luta dos explorados, que vinham se potenciando com os levantes operários e populares, desde o final de 2019. Essa é a base que permite ao destacamento revolucionário dar um passo à frente na solução da crise histórica de direção. A urgência de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, se desprende do avançado estado de decomposição do capitalismo e do choque das forças produtivas com as relações de produção. As premissas da revolução proletária na Rússia e demais revoluções se reerguem em meio às contradições, que levaram ao processo de restauração capitalista. O programa da III Internacional da época de Lênin e sua continuidade no Programa de Transição da IV Internacional devem ser materializados na luta contra o avanço da barbárie social.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas, nº 607, passamos a comentar os principais textos de Lênin, redigidos após a tomada do poder pelos bolcheviques.

Damos continuidade à questão da Assembleia Constituinte. Era necessário quebrar a manobra dos socialistas revolucionários de direita e dos mencheviques, que passaram a usá-la para se contrapor e combater o poder dos soviets.

Em 3 de janeiro de 1918, Lênin elaborou uma resolução, que denominou “*Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado*”, publicada no dia seguinte, no Pravda. Foi apresentada na reunião do Comitê Executivo Central (CEC) de toda Rússia, no mesmo dia 3, e aprovada por maioria. Em seguida, I. M. Sverdlov a apresentou, como representante do CEC, na primeira reunião da Assembleia Constituinte. A maioria, encabeçada pelos socialistas revolucionários de direita, a reprovou. No dia 12 de janeiro, os bolcheviques a submeteram ao III Congresso de toda a Rússia de Soviets, que a aprovou. Posteriormente, a Declaração foi incorporada à Constituição Soviética.

As forças contrarrevolucionárias, encasteladas na Constituinte, não poderiam aceitar a “*Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado*”, uma vez que fundava a “*República dos Soviets de Deputados Operários, Soldados e Camponeses*”. Admitindo que “*Todo o Poder, central e localmente, pertence aos soviets*”, os deputados da Constituinte não poderiam aprovar nenhuma lei que contrariasse o fundamento do Estado operário. O segundo ponto da Declaração estabelece que o objetivo básico é o da “*abolição de toda a exploração do homem pelo homem, completa supressão da divisão da sociedade em classes, esmagamento implacável da resistência dos exploradores, estabelecimento de uma organização socialista da sociedade e a vitória do socialismo em todos os países*”.

A Constituinte era controlada pelas forças que lutaram contra a revolução proletária, e ficaram acantonadas, diante das premissas que aboliam a propriedade privada da terra, estatizavam os bancos, e determinavam o armamento dos trabalhadores, e formação de um exército socialista de operários e camponeses, bem como o desarmamento dos exploradores. Bastavam esses preceitos iniciais da Declaração para provocar a ira dos contrarrevolucionários.

O passo seguinte, dado por Lênin, foi o de redigir a “*Declaração do Grupo do POSDR (dos bolcheviques) na reunião da Assembleia Constituinte*”. Eis a introdução: “*Uma enorme maioria da Rússia trabalhadora – operários, camponeses, soldados – exigiu da Assembleia Constituinte que reconhecesse as conquistas da Grande Revolução de Outubro: os decretos soviéticos sobre a terra, a paz e o controle operário e, sobretudo, o poder dos soviets de deputados operários, soldados e camponeses. O Comitê Executivo Central da*

Rússia, cumprindo a vontade da enorme maioria das classes trabalhadoras da Rússia, propôs que a Assembleia Constituinte deve declarar que se submete a essa vontade. No entanto, a maioria da Assembleia Constituinte, de acordo com as pretensões da burguesia, rechaçou a proposição, lançando um desafio a toda a Rússia trabalhadora”.

Explica: “*A Assembleia Constituinte, por sua composição atual, é o resultado da correlação de forças existentes antes da Grande Revolução de Outubro. A atual maioria contrarrevolucionária da Assembleia Constituinte, eleita de acordo com velhas listas partidárias, reflete um período anterior da revolução, e procura obstaculizar o caminho do movimento operário e camponês*”.

E conclui: “*Não desejando encobrir, nem por um minuto, os crimes dos inimigos do povo, anunciamos que nos retiramos da Assembleia Constituinte, para que o poder soviético tome a decisão definitiva acerca da atitude diante do setor contrarrevolucionário da Assembleia Constituinte*”.

A retirada dos bolcheviques da Assembleia Constituinte indicou que esse organismo da democracia burguesa nasceu

morto. Alimentá-lo, significava dar vida aos inimigos da revolução, que expropriava os latifúndios, impunha a nacionalização das terras, estatizava o capital financeiro, e estabelecia o controle operário da produção. Esses primeiros passos tinham de ser firmados por meio da democracia soviética, para avançar a luta pela expropriação geral da burguesia e constituição das bases socialistas.

O “*Projeto de Decreto sobre a Dissolução da Assembleia Constituinte*” foi publicado no Pravda, em 22 de janeiro de 1918. Lênin o apresentou na reunião do

CCP, em 6 de janeiro. Na mesma noite desse dia, foi aprovado no CEC. Principais aspectos: “*A revolução na Rússia, desde o seu início, colocou em primeiro plano os soviets de deputados operários, soldados e camponeses, como a única organização de massa, de todas as classes trabalhadoras e exploradas, capaz de dirigir a luta destas classes por sua completa emancipação política e econômica. (...) A Assembleia Constituinte, portanto, que devia ser a culminação da república parlamentar burguesa, forçosamente ia se transformar em um obstáculo no caminho da Revolução de Outubro e do poder soviético*”.

A Assembleia Constituinte, ao rejeitar a “*Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado*” se contrapôs à República Soviética da Rússia. Por esse motivo, o Comitê Executivo Central (CEC) decidiu pela dissolução da Assembleia Constituinte. “*A Assembleia Constituinte é dissolvida e a República revolucionária soviética triunfará a qualquer preço*” - são as últimas palavras de Lênin, pronunciadas no “*Discurso sobre a dissolução da Assembleia Constituinte na reunião do CEC de toda a Rússia*”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)

